

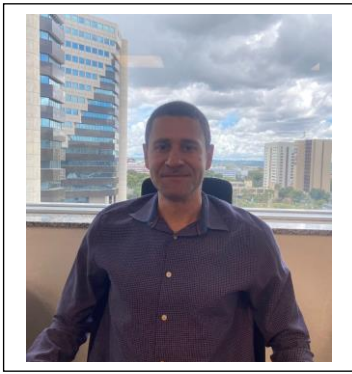
Declaração do Contador - Polícia Federal

Exercício de 2025

Brasília, 31 de janeiro de 2026

Divisão de Contabilidade – DICONT/CGOF/DLOG/PF





Declaração do Contador, Lucas Domingos Abate

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2025 da Polícia Federal (PF), Órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

Esta declaração reflete a **conformidade contábil das demonstrações contábeis do órgão Polícia Federal (PF)** encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

De acordo com a Macrofunção SIAFI 02.03.15 - Conformidade Contábil, "pautado em materialidade, conhecimento sobre o contexto operacional da entidade, o ambiente de controle interno e os riscos envolvidos em determinados assuntos, aderência às normas contábeis, o contador deverá julgar se determinada inconsistência será considerada relevante a ponto de merecer ser aplicada a restrição contábil na conformidade contábil da entidade objeto". **Para o registro da conformidade contábil do órgão Polícia Federal, em conjunto a relevância qualitativa foi estabelecido a materialidade em 5,00% da conta contábil em relação ao total do grupo.**

As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Declaração

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos contábeis e os procedimentos de conformidade contábil, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas – regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2025, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Polícia Federal – PF.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2026.

LUCAS DOMINGOS ABATE
CRC nº 15791/O-9
Contador da Polícia Federal

Demonstrações Contábeis Consolidadas da Polícia Federal

Exercício de 2025

Brasília, 31 de janeiro de 2026

Divisão de Contabilidade – DICONT/CGOF/DLOG/PF



Sumário

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS	5
<i>BALANÇO PATRIMONIAL</i>	<i>5</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....</i>	<i>7</i>
<i>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</i>	<i>8</i>
<i>BALANÇO FINANCEIRO.....</i>	<i>10</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA.....</i>	<i>11</i>
<i>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</i>	<i>12</i>
<i>Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....</i>	<i>13</i>
<i>Nota 2 - Estoques.....</i>	<i>18</i>
<i>3 – Imobilizado.....</i>	<i>20</i>
Nota 3.1 Bens Móveis.....	21
Nota 3.2 Bens Imóveis.....	22
<i>Nota 4 - Intangível.....</i>	<i>23</i>
<i>Nota 5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Ajustes de Exercícios Anteriores.....</i>	<i>24</i>
<i>Nota 6 - Resultado do Exercício.....</i>	<i>25</i>
<i>Nota 7 - Atos Potenciais Ativos</i>	<i>26</i>
<i>Nota 8 - Atos Potenciais Passivos</i>	<i>27</i>
<i>Nota 9 - Execução Orçamentária da Receita</i>	<i>29</i>
<i>Nota 10 - Execução Orçamentária da Despesa.....</i>	<i>30</i>
<i>Nota 11 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar</i>	<i>32</i>
<i>11.1 Restos a Pagar Não Processados (RPNP).....</i>	<i>32</i>
<i>11.2 Restos a Pagar Processados (RPP)</i>	<i>35</i>
<i>11.3 Evolução do Estoque de Restos a Pagar (RAP).....</i>	<i>38</i>
<i>Nota 12 - Resultado Orçamentário.....</i>	<i>39</i>

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

Referente exercício financeiro de 2025 com comparativo ao de 2024, periodicidade anual, do órgão 30108 (que não é Órgão Superior) e com valores em Milhares de Reais (R\$).

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	2.036.588,84	1.743.413,69	PASSIVO CIRCULANTE	976.507,34	835.652,98
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 1)	1.921.143,25	1.635.141,36	<i>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo</i>	663.105,52	578.207,16
Créditos a Curto Prazo	29.166,96	40.192,77	<i>Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo</i>	-	-
<i>Créditos de Transferências a Receber</i>	-	-	<i>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</i>	10.110,50	61.877,07
<i>Créditos de Transferências a Receber</i>	-	-	<i>Obrigações Fiscais a Curto Prazo</i>	0,63	0,90
<i>Demais Créditos e Valores</i>	29.166,96	40.192,77	<i>Transferências Fiscais a Curto Prazo</i>	-	-
<i>Demais Créditos e Valores</i>	29.166,96	40.192,77	<i>Provisões a Curto Prazo</i>	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	<i>Demais Obrigações a Curto Prazo</i>	303.290,69	195.567,85
Estoques a Curto Prazo (Nota 2)	86.278,63	68.079,56			
<i>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</i>	-	-			
<i>VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo</i>	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.957.557,35	4.518.164,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	189,83	0,37
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	<i>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo</i>	-	-
<i>Estoques a Longo Prazo</i>	-	-	<i>Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo</i>	-	-
Investimentos	-	-	<i>Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo</i>	-	-
<i>Participações Permanentes</i>	-	-	<i>Obrigações Fiscais a Longo Prazo</i>	-	-
<i>Propriedades para Investimento</i>	-	-	<i>Transferências Fiscais a Longo Prazo</i>	-	-
<i>Propriedades para Investimento</i>	-	-	<i>Provisões a Longo Prazo</i>	-	-
<i>(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos</i>	-	-	<i>Demais Obrigações a Longo Prazo</i>	189,83	0,37
<i>(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos</i>	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	976.697,16	835.653,35
<i>Investimentos do RPPS de Longo Prazo</i>	-	-			
<i>Investimentos do RPPS de Longo Prazo</i>	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
<i>(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS</i>	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<i>Demais Investimentos Permanentes</i>	-	-	<i>Patrimônio Social e Capital Social</i>	-	-
<i>Demais Investimentos Permanentes</i>	-	-	<i>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</i>	-	-
<i>(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.</i>	-	-	<i>Reservas de Capital</i>	-	-
Imobilizado (Nota 3)	4.716.613,33	4.296.837,64	<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>	-	-
<i>Bens Móveis (Nota 3.1)</i>	<i>1.688.045,66</i>	<i>1.517.811,44</i>	<i>Reservas de Lucros</i>	-	-
<i>Bens Móveis</i>	2.794.588,13	2.423.223,41	<i>Demais Reservas</i>	1.032.015,64	710.800,77
<i>(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis</i>	-	-905.411,97	<i>Resultados Acumulados</i>	4.985.433,39	4.715.123,70
<i>(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis</i>	1.106.542,47	-	<i>Resultado do Exercício</i>	422.222,30	151.529,85
<i>Bens Imóveis (Nota 3.2)</i>	<i>3.028.567,67</i>	<i>2.779.026,20</i>	<i>Resultados de Exercícios Anteriores</i>	4.580.736,44	4.587.183,42
<i>Bens Imóveis</i>	3.032.558,60	2.783.987,58	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	-17.525,35	-23.589,57
Intangível (Nota 4)	240.944,03	221.326,49	<i>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</i>	-	-
<i>Softwares</i>	240.944,03	221.326,49	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.017.449,03	5.425.924,47
<i>Softwares</i>	249.387,64	257.487,33			
<i>(-) Amortização Acumulada de Softwares</i>	-8.443,61	-36.160,84			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
<i>Marcas, Direitos e Patentes Industriais</i>	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
<i>Direitos de Uso de Imóveis</i>	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<i>Patrimônio Cultural</i>	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	6.994.146,19	6.261.577,82	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.994.146,19	6.261.577,82

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	1.921.143,25	1.635.141,36	PASSIVO FINANCEIRO	1.378.632,05	1.345.016,39
ATIVO PERMANENTE	5.073.002,94	4.626.436,46	PASSIVO PERMANENTE	154.687,06	143.700,98
			SALDO PATRIMONIAL	5.460.827,08	4.772.860,44

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Nota 7)	148.167,78	118.189,69	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Nota 8)	3.683.611,82	2.791.603,87
Atos Potenciais Ativos	148.167,78	118.189,69	Atos Potenciais Passivos	3.683.611,82	2.791.603,87
Garantias e Contragarantias Recebidas	146.935,39	116.728,10	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.232,39	1.461,60	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	6.171,23	6.508,23
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	3.677.440,59	2.785.095,65
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	148.167,78	118.189,69	TOTAL	3.683.611,82	2.791.603,87

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-499.448,40
Recursos Vinculados	1.041.959,61
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-12.509,35
Previdência Social (RPPS)	-428,77
Dívida Pública	-153,77
Fundos, Órgãos e Programas	1.055.051,50
TOTAL	542.511,20

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (Nota 6)		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.687.411,74	20.856.506,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	936.308,15	708.009,16
Impostos	-	-
Taxas	936.308,15	708.009,16
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	60.713,20	268,16
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	60.713,20	268,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	96.993,95	105.183,84
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9,79	26,79
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	96.984,17	105.157,05
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	21.212.861,08	19.580.909,92
Transferências Intragovernamentais	20.841.815,87	19.383.301,29
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	371.045,21	197.608,63
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	299.220,50	141.407,25
Reavaliação de Ativos	-	9.613,44
Ganhos com Alienação	5.688,88	2.909,30
Ganhos com Incorporação de Ativos	291.876,18	128.572,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.655,44	312,23
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	81.314,86	320.728,13
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	81.314,86	320.728,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.265.189,44	20.704.976,61
Pessoal e Encargos	5.284.223,42	5.165.824,03
Remuneração a Pessoal	3.998.010,31	3.927.656,62
Encargos Patronais	914.970,36	898.620,34
Benefícios a Pessoal	353.128,05	312.854,83
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	18.114,70	26.692,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.012.573,44	2.788.309,89
Aposentadorias e Reformas	2.228.427,47	2.051.688,91
Pensões	723.249,66	693.109,19
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	60.896,31	43.511,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.017.343,32	1.704.614,33
Uso de Material de Consumo	172.405,16	160.028,16
Serviços	1.571.500,27	1.363.634,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	273.437,89	180.952,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	294,24	180,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	1,10
Juros e Encargos de Mora	289,78	178,47
Variações Monetárias e Cambiais	4,08	1,16
Descontos Financeiros Concedidos	0,38	0,02
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	11.778.708,92	10.851.455,90
Transferências Intragovernamentais	11.426.430,56	10.693.259,40
Transferências Intergovernamentais	4,03	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	12.702,47	9.893,81
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,09	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	339.571,77	148.302,69

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	156.947,73	172.566,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	30.860,11	11.531,72
Perdas com Alienação	4.455,49	19.560,71
Perdas Involuntárias	13.509,66	17.172,18
Incorporação de Passivos	7.206,40	302,10
Desincorporação de Ativos	100.916,06	123.999,55
Tributárias	2.892,28	2.312,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.261,40	1.696,97
Contribuições	630,88	615,26
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.206,10	19.713,22
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	488,60	587,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	11.717,49	19.126,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	422.222,30	151.529,85

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (Nota 9)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	932.806,32	932.806,32	928.746,78	-4.059,54
Receita Tributária	785.192,18	785.192,18	680.314,70	-104.877,48
Impostos	-	-	-	-
Taxas	785.192,18	785.192,18	680.314,70	-104.877,48
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	106.001,56	106.001,56	112.482,85	6.481,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	170,38	170,38	80,72	-89,66
Valores Mobiliários	100.345,22	100.345,22	95.942,01	-4.403,20
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	5.485,97	5.485,97	16.460,11	10.974,14
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	60.424,07	60.424,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	60.424,07	60.424,07
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	41.612,58	41.612,58	75.525,16	33.912,58
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	41.144,80	41.144,80	42.471,81	1.327,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	402,99	402,99	248,10	-154,89
Bens, Direitos e Valores incorporados ao Patrimônio Público	-	-	32.731,58	32.731,58
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	64,79	64,79	73,67	8,89
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	9.931,49	9.931,49

Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	9.931,49	9.931,49
Alienação de Bens Móveis	-	-	9.931,49	9.931,49
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	932.806,32	932.806,32	938.678,27	5.871,95
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	932.806,32	932.806,32	938.678,27	5.871,95
DÉFICIT	-	-	9.500.127,36	9.500.127,36
TOTAL	932.806,32	932.806,32	10.438.805,63	9.505.999,31
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	10.598,65	-	-10.598,65
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	10.598,65	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (Nota 10, 12)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEASAS EMPENHADAS	DESPEASAS LIQUIDADAS	DESPEASAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEASAS CORRENTES	10.112.200,10	10.082.104,71	10.141.781,85	9.836.832,93	9.082.295,38	-59.677,15
Pessoal e Encargos sociais	8.164.043,33	7.985.801,44	7.889.299,93	7.875.502,06	7.173.403,29	96.501,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.948.156,77	2.096.303,27	2.252.481,93	1.961.330,87	1.908.892,09	-156.178,66
DESPEASAS DE CAPITAL	191.332,34	232.026,39	297.023,78	84.533,46	81.330,75	-64.997,39
Investimentos	191.332,34	232.026,39	297.023,78	84.533,46	81.330,75	-64.997,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10.303.532,45	10.314.131,10	10.438.805,63	9.921.366,39	9.163.626,13	-124.674,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.303.532,45	10.314.131,10	10.438.805,63	9.921.366,39	9.163.626,13	-124.674,54
TOTAL	10.303.532,45	10.314.131,10	10.438.805,63	9.921.366,39	9.163.626,13	-124.674,54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 11)						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	21.198,10	312.158,45	222.403,84	220.392,47	90.604,22	22.359,85
Pessoal e Encargos sociais	9.136,09	55.724,68	2.820,22	2.792,78	61.413,76	654,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.062,00	256.433,77	219.583,62	217.599,69	29.190,46	21.705,63
DESPESAS DE CAPITAL	68.651,15	251.056,34	295.224,07	294.623,23	5.649,19	19.435,07
Investimentos	68.651,15	251.056,34	295.224,07	294.623,23	5.649,19	19.435,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	89.849,24	563.214,79	517.627,91	515.015,69	96.253,41	41.794,92

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (Nota 11)					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	102,66	661.889,72	661.335,16	180,98	476,23
Pessoal e Encargos sociais	-	567.425,09	567.421,22	3,87	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	102,66	94.464,62	93.913,93	177,11	476,23
DESPESAS DE CAPITAL	-	7.048,85	7.034,40	14,44	0,00
Investimentos	-	7.048,85	7.034,40	14,44	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	102,66	668.938,56	668.369,56	195,43	476,23

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	938.678,27	938.618,00	Despesas Orçamentárias	10.438.805,63	9.919.827,80
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	6.714.556,48	6.248.467,25
Recursos Vinculados	955.621,72	948.461,86	Recursos Vinculados	3.724.249,15	3.671.360,55
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	948.650,47	928.441,49
Fundos, Órgãos e Programas	955.621,72	948.461,80	Previdência Social (RPPS)	1.882.614,70	1.671.719,84
Recursos Não Classificados	-	0,06	Fundos, Órgãos e Programas	892.983,98	1.071.199,22
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-16.943,45	-9.843,86			
Transferências Financeiras Recebidas	20.841.815,87	19.383.301,29	Transferências Financeiras Concedidas	11.426.430,56	10.692.167,27

Resultantes da Execução Orçamentária	19.361.137,90	18.424.532,44	Resultantes da Execução Orçamentária	9.689.811,01	9.211.840,47
Repasso Recebido	9.681.955,37	9.215.263,50	Repasso Concedido	1.827,24	2.571,53
Sub-repasso Recebido	9.679.055,71	9.209.262,99	Sub-repasso Concedido	9.679.055,71	9.209.262,99
Sub-repasso Devolvido	126,82	5,95	Repasso Devolvido	8.801,24	
Independentes da Execução Orçamentária	1.480.677,97	958.768,85	Sub-repasso Devolvido	126,82	5,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.095.124,09	710.046,04	Independentes da Execução Orçamentária	1.736.619,55	1.480.326,80
Demais Transferências Recebidas	253.895,28	177.057,16	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	551.129,78	368.613,59
Movimentação de Saldos Patrimoniais	131.658,59	71.665,65	Demais Transferências Concedidas	155.082,73	10.181,56
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.030.407,04	1.101.531,65
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.567.460,46	1.464.760,53	Pagamentos Extraorçamentários	1.196.716,52	877.156,16
Inscrição de Restos a Pagar Processados	757.740,26	666.551,37	Pagamento de Restos a Pagar Processados	668.369,56	513.824,50
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	517.439,24	563.214,79	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	515.015,69	361.773,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	49.863,26	22.349,52	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.499,72	1.557,89
Outros Recebimentos Extraorçamentários	242.417,70	212.644,85	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.831,54	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		60,27	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	29,03	
Restituições a Pagar		53,20	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	9,37	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20,00	2,39	Demais Pagamentos	1.793,14	
Arrecadação de Outra Unidade	242.397,70	200.936,54			
DARF - SISCOMEX		0,15			
Demais Recebimentos		11.592,31			
Saldo do Exercício Anterior	1.635.141,36	1.337.612,76	Saldo para o Exercício Seguinte	1.921.143,25	1.635.141,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.635.141,36	1.337.612,76	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.921.143,25	1.635.141,36
TOTAL	24.983.095,96	23.124.292,59	TOTAL	24.983.095,96	23.124.292,59

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	659.058,78	502.059,84
INGRESSOS OPERACIONAIS	22.062.843,61	20.550.972,36
<i>Receita Tributária</i>	680.314,70	520.926,63
<i>Receita de Contribuições</i>	-	-
<i>Receita Patrimonial</i>	112.482,85	138,23
<i>Receita Agropecuária</i>	-	-
<i>Receita Industrial</i>	-	-
<i>Receita de Serviços</i>	60.424,07	-
<i>Remuneração das Disponibilidades</i>	-	105.177,43
<i>Outras Receitas Derivadas e Originárias</i>	75.525,16	306.494,66
<i>Transferências Recebidas</i>	-	-
Intergovernamentais recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<i>Outros Ingressos Operacionais</i>	21.134.096,83	19.618.235,40
Ingressos Extraorçamentários	49.863,26	22.349,52
Restituições a Pagar	-	53,20
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20,00	2,39
Transferências Financeiras Recebidas	20.841.815,87	19.383.301,29
Arrecadação de Outra Unidade	242.397,70	200.936,54
DARF - SISCOMEX	-	0,15
Demais Recebimentos	-	11.592,31
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-21.403.784,83	-20.048.912,51

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	-9.144.373,38	-8.485.730,29
Legislativo	-	-125,60
Judiciário	-84,68	-204,78
Essencial à Justiça	-859,87	-
Administração	-42.133,07	-1.361,48
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-6.061.888,02	-5.671.366,67
Relações Exteriores	-5.477,23	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-2.900.729,65	-2.704.815,57
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-6,84	-6,54
Cultura	-	-0,77
Direitos da Cidadania	-18.028,69	-224,54
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-402,95	-1.186,11
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-9,34	-20,78
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-114.724,02	-106.477,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-29,03	60,27
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<i>Transferências Concedidas</i>	-819.678,66	-869.457,06
Intergovernamentais concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais concedidas	-806.976,18	-859.563,25
Outras Transferências Concedidas	-12.702,47	-9.893,81
<i>Outros Desembolsos Operacionais</i>	-11.439.732,79	-10.693.725,16
Dispêndios Extraorçamentários	-11.499,72	-1.557,89
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-9,37	-
Transferências Financeiras Concedidas	-11.426.430,56	-10.692.167,27
Demais Pagamentos	-1.793,14	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-373.056,89	-204.531,25
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	9.931,49	5.881,05
<i>Alienação de Bens</i>	9.931,49	5.881,05
<i>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</i>	-	-
<i>Outros Ingressos de Investimentos</i>	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-382.988,38	-210.412,29
<i>Aquisição de Ativo Não Circulante</i>	-357.538,53	-188.832,96
<i>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</i>	-	-
<i>Outros Desembolsos de Investimentos</i>	-25.449,86	-21.579,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
<i>Operações de Crédito</i>	-	-
<i>Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes</i>	-	-
<i>Transferências de Capital Recebidas</i>	-	-
<i>Outros Ingressos de Financiamento</i>	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
<i>Amortização / Refinanciamento da Dívida</i>	-	-
<i>Outros Desembolsos de Financiamento</i>	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	286.001,89	297.528,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.635.141,36	1.337.612,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.921.143,25	1.635.141,36

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiantamento. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	395.005,13	4.592.448,64	-	-	4.987.453,77
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	12.595,98	-23.589,57	-	-	-10.993,58
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	303.199,66	-5.265,22	-	-	297.934,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	151.529,85	-	-	151.529,85

Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	-	710.800,77	4.715.123,70	-	-	5.425.924,47

Especificação (Nota 5)	Patrimônio/ Capital Social	Adiantamento, para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	422.222,30	-	-	422.222,30
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	-	422.222,30	-	-	422.222,30

APRESENTAÇÃO

A Polícia Federal (PF) é o órgão integrante da administração pública direta do Governo Federal, subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. As atribuições estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.

A sede da Polícia Federal está situada em Brasília, no Distrito Federal, havendo Unidades Descentralizadas (Superintendências Regionais) em todas as capitais dos estados da federação e no Distrito Federal, bem como Delegacias e Postos Avançados em diversos municípios do país, sendo responsável pela apuração dos seguintes crimes: meio ambiente, ordem tributária, Sistema Financeiro de Habitação, Previdência Social, organização do trabalho, índios, direitos humanos, sistema eleitoral, genocídio, terrorismo, tráfico ilícito de drogas e armas, dentre outros.

Cabe ainda à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - Estatuto do Estrangeiro); Controle de Armas (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e Decreto Nº 4.262, de 10 de junho DE 2002.); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei Nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009); Representação Externa - INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999).

A Divisão de Contabilidade da Polícia Federal (DICON/CGOF/DLOG/PF) compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOF/DLOG/PF e atua como Seccional de Contabilidade do Órgão Polícia Federal, cuja delegação foi realizada, por meio da Portaria nº 115/2010-MJ e da Portaria nº 1/2014-MJ. Para sanar as ocorrências/divergências contábeis identificadas nas Unidades Gestoras do Órgão, a Seccional de Contabilidade da Polícia Federal realiza orientações às áreas de administração e logística e conformidade de registro de gestão e promove capacitações continuadas.

BASE DA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCONs) da Polícia Federal foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do

Tesouro Nacional – STN. As DCONs apresentadas neste Relatório, contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e nas respectivas Notas Explicativas.

O Relatório das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas será publicado no site <https://www.gov.br/pf/pt-br>.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das Unidades do Órgão 30108 – PF e são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Polícia Federal, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

Os valores das Demonstrações Contábeis e Notas explicativas são apresentados em Real, a moeda oficial do Brasil. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira na Polícia Federal, portanto, não foi necessário realizar a conversão para Real.

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 1)

Expressam dinheiro em caixa na conta única do tesouro, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata e baixo risco de alteração significativa de valores. Os valores quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo da Polícia Federal. O saldo se refere a “DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO”, cujo os valores representam as seguintes unidades gestoras e contas contábeis:

1. Unidade Gestora 200336 – CGOF/DLOG/PF (15 milhões)
 - (1.1) Provisão das Variações Patrimoniais Aumentativas, referente a arrecadação de Infração legal e Contratual;
 - (1.2) Adiantamento - Termo de Execução Descentralizado;
 - (1.3) Rendimento de Aplicações por Competência;
 - (1.4) Remuneração Recursos Aplicação na Conta única a Receber.

2. Unidade Gestora 200334 – CGAD/DLOG/PF (14 milhões)
 - (2.1) 113110100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL
 - (2.2) 113110105 - SALÁRIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPA
 - (2.3) 113110200 - ADIANTAMENTO CONCEDIDO - SUPRIMENTO DE FUNDOS

Imobilizado (Nota 3)

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida). É realizado Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável quando aplicável.

Até o exercício de 2025 o método de cálculo da depreciação dos Bens Móveis é o definido no Manual SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund - de quotas constantes, considerando a vida útil do bem, o valor residual e a taxa de depreciação. A depreciação dos Bens Móveis é calculada e registrada automaticamente pelo sistema Eletrônico de Logística (e-Log).

Em 2025 foi iniciado um projeto pela Divisão de Contabilidade em conjunto com a Divisão de Material de revisão do Método de Depreciação dos Bens Móveis visando padronizar e reduzir a frequência das reavaliações e redução ao valor recuperável, bem como alinhar os procedimentos em conformidade com o disposto no MCASP. Esse estudo tem implementação prevista para o exercício de 2026.

Já foi orientado as Unidades Gestoras que a Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável/Teste de Recuperabilidade são utilizadas em situações diferentes para ajustar o valor líquido contábil dos bens móveis e aproximar (refletir) a realidade de mercado e/ou das condições atuais do bem.

O método de ajuste contábil Redução ao Valor Recuperável/ Teste de Recuperabilidade visa garantir que os ativos não sejam registrados no SIAFI e Sistema eletrônico de Logística (e-LOG) por um valor superior ao que pode ser recuperado por meio do uso ou venda. Deve ser realizado a Redução ao Valor Recuperável:

- Há indícios de que o valor do ativo reduziu além do que foi registrado e depreciado;
- Mudanças desfavoráveis significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal;
- Obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Mudanças internas desfavoráveis a utilização, tal como, inativação;
- Desempenho do ativo pior que o esperado; e
- Políticas internas que coloca ativos fora do padrão em desuso.

A Reavaliação é um método de mensuração dos ativos imobilizados e deve ser utilizado quando houver alterações significativas no preço de mercado do ativo. Ao reavaliar um bem deve-se reavaliar toda a classe/conta contábil do ativo, pois a motivação da reavaliação é o contexto geral de mercado e não situações específicas do ativo.

Além disso, é preciso definir a frequência da reavaliação considerando que deve ser:

- a) Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados
- b) A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.
- c) Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa considerando a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Considerando o quantitativo de bens móveis cadastrados no acervo patrimonial da Polícia Federal para evitar que sejam realizados anualmente a reavaliação o trabalho conjunto das divisões objetiva que seja revisado os critérios de depreciação acumulada visando refletir de forma mais adequada o declínio dos bens móveis, ocasionada pelos seguintes fatores:

- a. Deterioração física;
- b. Desgastes com uso; e
- c. Obsolescência.

Essa medida visa assegurar que haverá pouca alteração de valor entre o valor líquido contábil e o valor justo, nesse contexto considerado como o valor de mercado.

Desse modo, a Divisão de Contabilidade - DICON/CGOF/DLOG/PF em conjunto com a Divisão de Material - DMAT/CGAD/DLOG/PF irá estabelecer novos critérios para agrupar os bens móveis da Polícia Federal nos bens que serão reavaliados anualmente e nos bens que irão ser reavaliados a cada quatro anos.

Para viabilizar a definição desses critérios, a Divisão de Material irá informar por meio de dados técnicos e empíricos por conta contábil:

- ✓ Características gerais dos itens adquiridos;
- ✓ Sua utilização/vida útil média. Por exemplo, os veículos de tração mecânica em decorrência do seu uso operacional são mantidos em média por quantos anos?
- ✓ Informar se há políticas/normas internas de troca de bens móveis que afeta a vida útil (aquisição e desfazimento);
- ✓ Estimativa média de obsolescência tecnológica;
- ✓ Política quanto as manutenções preditiva, corretiva e manutenção diária; e

- ✓ Caso necessário solicitar de áreas técnicas informações/laudos que comprovem a redução da utilização do bem.

As informações da depreciação dos Bens Imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são: I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação; II. Reavaliados, aqueles nos quais: • seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; • houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; • seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Considerando as diferenças no registro do SIAFI e da Planilha da SPU referente a Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis cuja origem se trata de ajustes manuais não realizados ao longo dos anos de 2015 até a presente 2025, bem como o custo-benefício da informação contábil foi realizado o ajuste em duas etapas.

As diferenças referentes aos ajustes de exercício anterior foram lançadas por meio da situação IMB216 - REVERSÃO DA DEPRECIAÇÃO/EXAUSTÃO/AMORTIZ ACUMULADA - AJUSTE DE EXERC ANTERIORES.

Os lançamentos de 2025 foram identificados se referentes a Reavaliação (IMB218 - REGULARIZAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS SPIU POR REAVALIAÇÃO), a Baixa do Bem Imóvel (IMB217 - REGULARIZAÇÃO DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS SPIU POR ALIENAÇÃO) e Transferência para outras unidades gestoras (IMB044 - TRANSF DE DEPREC/EXAUST/AMORTIZ ACUMULADA).

A partir de janeiro de 2026 deve-se observar que não é realizado a baixa automática da depreciação quando os imóveis são transferidos, reavaliados e/ou baixados. Desse modo, sempre que houver esses eventos deve-se registrar manualmente conforme 021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS.

Passivo

As obrigações são evidenciadas pelos valores da dívida, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais a curto prazo; (iv) adiantamento de clientes e demais obrigações de curto prazo.

O passivo não circulante refere-se exclusivamente aos Depósitos e cauções recebidos de longo prazo das unidades gestoras 200334 (R\$ 186, 2 mil) e 200356 (R\$ 3,7 mil).

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

a) Patrimonial

- ✚ A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial (Nota 6).
- ✚ As VPAs e VPDs são reconhecidas de acordo com o regime de competência, isto é, conforme a ocorrência do fato gerador.
- ✚ A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.
- ✚ No âmbito da Polícia Federal há reconhecimento do saldo a receber 11.381.07.00 - CRÉDITOS A REC. DECORRENTES DE INFRAÇÕES assegurando que as VPA's provenientes de multas aplicadas sejam reconhecidas mensalmente por competência.

b) Orçamentário

- ✚ O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.
- ✚ O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Ressalvas quanto à base de preparação.

a) Regras de Consolidação - Transferências Intragovernamentais

De acordo com as regras de consolidação aplicadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na extração das Demonstrações Contábeis foram excluídas as operações com unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União, refletindo na movimentação dos saldos apresentados no grupo de contas das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas, de modo a influenciar na análise efetiva das referidas transferências intragovernamentais.

b) Ajustes de perdas estimadas com ativos

Não são constituídos os ajustes de perdas estimadas com ativos, também conhecidos como provisões para perdas.

c) Execução da Folha de Pagamento

Por questões administrativas e gerenciais no âmbito deste órgão, a Folha de Pagamento e todas as contas contábeis envolvidas são executadas de forma centralizada na Unidade Gestora 200334 - CGAD/DLOG/PF.

d) Setorial Orçamentária e financeira

A Unidade Gestora 200336-CGOF/DLOG/PF é setorial orçamentária e financeira do órgão centralizando as rotinas das descentralizações dos créditos e das liberações do financeiro às Unidades Gestoras pertencentes ao Órgão 30108 – PF.

e) Critério de Materialidade das Notas Explicativas

Foi definido o critério de materialidade de 2% ou mais das Demonstrações Analisadas (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial etc.) para selecionar os grupos contábeis objeto de análise das notas.

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O Ativo Circulante da Polícia Federal (Órgão 30108) apresentou saldo de R\$ 2,036 bilhões no encerramento do exercício 2025. Evidencia-se que 94,33% do Ativo Circulante da PF é composto pelo grupo de contas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, o que corresponde a R\$ 1,9 bilhão. Esse grupo apresentou crescimento de 17,5% em relação ao ano anterior conforme demonstrado na tabela abaixo que informa também os subgrupos e seus percentuais de composição.

Ativo Circulante	2025		2024		AH
	Saldo	AV	Saldo	AV	
Grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”					
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	1.335.153.405	69,50%	1.092.388.847	66,81%	22,2%
Lim. de Saque C/Vinc. Pagto - Ordem Pcto – OFSS	514.227.655	26,77%	507.461.367	31,03%	1,3%
Garantias	58.333.433	3,04%	20.323.788	1,24%	187,0%
Limite de Saque Com Vinculação de Pcto – OFSS	12.381.644	0,64%	14.280.559	0,87%	-13,3%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	1.047.113	0,05%	686.799	0,04%	52,5%
Total	1.921.143.250	100%	1.635.141.360	100%	17,5%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

A conta que possui maior representatividade (69,50%) na composição de grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” da PF é a 11.111.02.06 - CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados. Essa conta registra as movimentações financeiras de recursos da Conta Única em processo de aplicação e resgate efetuados pela Unidade Gestora 200336 – CGOF/DLOG/PF.

Na PF essas movimentações são efetuadas pela Setorial Financeira da Polícia Federal (UG 200336-CGOF/DLOG/PF) que é responsável pela aplicação dos recursos e rendimentos da fonte própria FUNAPOL. Os rendimentos acumulados por essas aplicações financeiras são contabilizados durante o exercício para que sejam verificados os limites por fonte de recursos a serem alocadas na Lei Orçamentária Anual - LOA do próximo exercício. A utilização desses recursos está condicionada à aprovação/disponibilização de orçamento.

Verifica-se que a conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento Ordem de Pagamento - OFSS (11.112.20.03) representa 26,77% do grupo Caixa. Esse saldo de R\$ 514 milhões refere-se às apropriações da folha de pessoal ativo e inativo de dezembro de 2025 que são centralizadas na UG 200334 – CGAD/DLOG/PF, cujo saldo é creditado (baixado) com o pagamento, após a geração da ordem bancária no mês subsequente à liquidação da folha, ou seja, em janeiro de 2026 para o efetivo crédito bancário nas contas dos servidores/estagiários da Polícia Federal.

Em contrapartida, a conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – OFSS (11.112.20.01), que compreende o financeiro disponível para atender as despesas do Órgão apresentou 69% (R\$ 8,5 milhões) dos recursos concentrados na UG 200334 – CGAD/DLOG/PF, destinados na sua totalidade para as pendências de pagamento da folha em 2026, inscritas como restos a pagar processados e não processados no final de 2025. O restante dos recursos no montante de R\$ 3,8 milhões (31%) dessa conta estava concentrado na UG 200336 – CGOF/DLOG/PF e referem-se aos recolhimentos efetuados pela Setorial Financeira, em razão do encerramento do exercício de 2025, dos saldos não utilizados pelas Unidades Gestoras - UGs da PF e que não foram devolvidos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Já subgrupo “Demais Contas” do grupo Caixa refere-se aos registros nas UGs das garantias contratuais efetuadas na modalidade Caução em dinheiro e contabilizadas na conta 11.111.19.03 - Demais Contas - Caixa Econômica Federal.

E por fim, a conta do grupo Caixa que teve, em 2025, o maior crescimento com R\$ 38 milhões (187%) em relação ao ano anterior, foi a 11.131.02.00 – Garantias. Nessa conta são contabilizadas as saídas de caixa para os depósitos judiciais em Conta Vinculada em uma Instituição Bancárias à qual é aberta em nome da entidade contratada e tem a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas previstas em contratos administrativos, mediante controle e movimentação restrita dos valores depositados destinados a futuros pagamentos de verbas trabalhistas devidas aos empregados em caso de inadimplência da empresa conforme as orientações da Macrofunção 021126 - Depósitos em Garantia.

Atualmente as Unidades Gestoras (UGs) da PF estão contabilizando no SIAFI somente os lançamentos dos depósitos na conta vinculada no momento da liquidação da despesa. Contudo a Instituição Bancária efetua a baixa da conta à medida que são demandados com anuência do Órgão com a comprovação dos pagamentos das verbas trabalhistas dos funcionários pela empresa contratada. Dessa forma, as UGs deveriam fazer as conciliações com os extratos bancários e em seguida contabilizar as devidas baixas no SIAFI para que o saldo da conta Garantia reflita o saldo real da conta bancária. No entanto, essa baixa não está ocorrendo, o que faz com que o saldo aumente de maneira progressiva. Em 2026, a Seccional de Contabilidade da Polícia Federal orientará as UGs para que realizem a conciliação da conta para que sejam realizadas as devidas baixas.

Nota 2 - Estoques

Em 2025, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 79,81 milhões de bens de consumo em estoques, representando um acréscimo de 17,3% em relação ao ano anterior conforme Tabela 2 abaixo. O restante do valor que compõe o Estoques a Curto Prazo no Órgão é o saldo da conta 11.581.05.00 - IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO – ESTOQUES que apresenta o montante de R\$ 6,47 milhões. Esse saldo está concentrado, em sua totalidade, na Unidade Gestora (UG) 200334 – CGAD/DLOG/PF referente a aquisição de motor para avião utilitário monomotor (Contrato nº 058/2024).

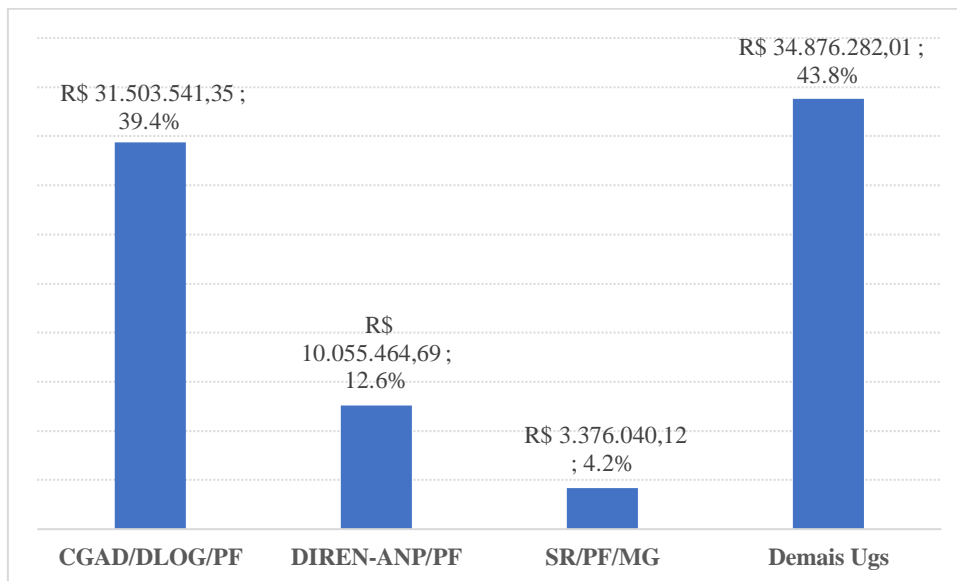
Ativo Circulante Estoques a Curto Prazo	2025		2024		AH
	Saldo	AV	Saldo	AV	
Materiais de Consumo	79.811.328,17	92,50%	68.019.827,33	99,91%	17,3%
Importações em Andamento – Estoques	6.467.300,30	7,50%	59.732,19	0,09%	10727,2%
Total Estoques	86.278.628,47	100,00%	68.079.559,52	100,00%	26,7%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

Os principais itens que compõem os bens de consumo em estoque da PF são: Explosivos e Munições (76,09%); Material Hospitalar (5,86%), Material de Proteção e Segurança (3,97%); Material de Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC (3,58%); Material para comunicações (2,30%). Destaca-se que houve um aumento de 14,78% no subitem de explosivos e munições em relação ao ano anterior, decorrente de aquisições e reclassificações de importações em andamento de munições e outros itens não letais pela UG 200334 – CGAD/DLOG/PF para posterior distribuição as demais unidades gestoras do Órgão.

A figura a seguir apresenta a distribuição dos maiores saldos de bens de consumo em estoque no âmbito da PF, discriminados por UG. As 3 (três) UGS que apresentam as maiores concentrações de bens de consumo em estoque são: 200334 - CGAD/DLOG/PF, 200340 DIREN/PF e 200350 - SR/PF/MG.

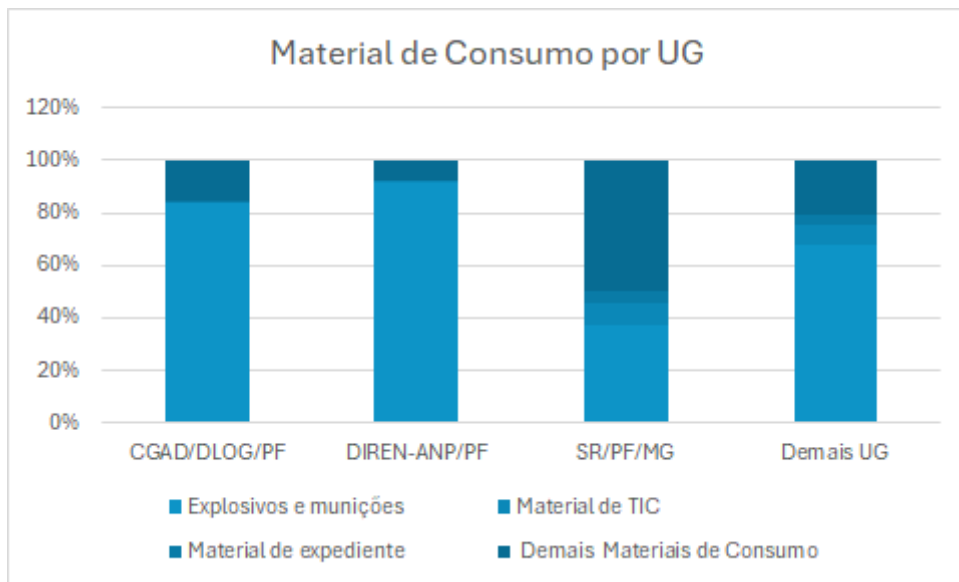
Figura 1. Concentração por UG de Material de Consumo



Fonte: SIAFI, 2025

Conforme se observa na figura 2, o saldo da conta de bens de consumo em estoque na unidade 200334 - CGAD/DLOG/PF refere-se a aquisições centralizadas de explosivos e munições (84%) que são gradualmente distribuídas de acordo com a demanda das unidades descentralizadas. Na UG 200340 - DIREN/PF também se observa uma concentração principalmente no subitem explosivos e munições (92%), em decorrência das aquisições de munição para a utilização em treinamentos continuados. Nas demais UGs da PF observa-se que a maior concentração dos bens de consumo em estoques é também em explosivos e munições (68%) que são compatíveis com a atividade fim do Órgão.

Figura 2. Material de consumo subitem por UG (maiores)



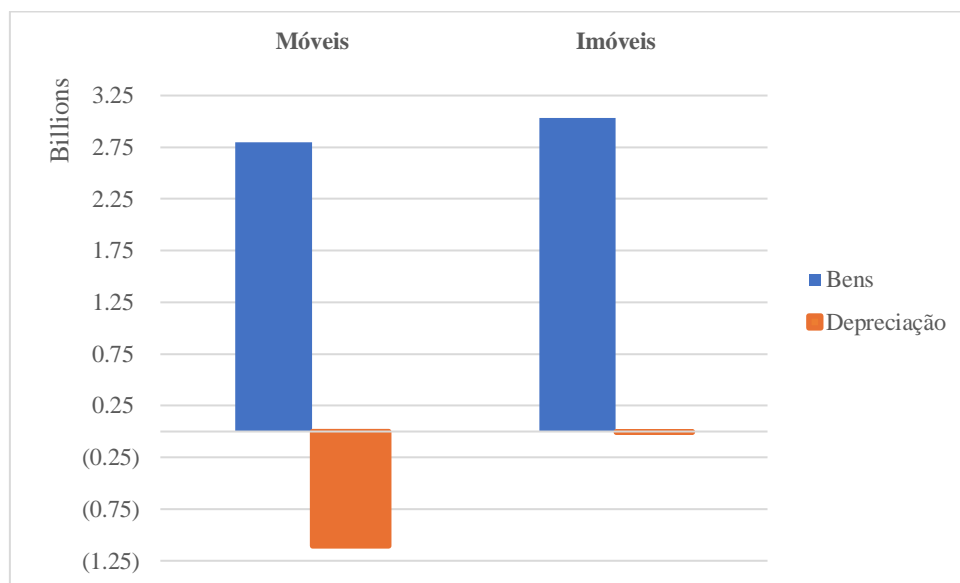
Fonte: SIAFI, 2025

Quanto ao inventário dos bens de consumo em estoques, foram solicitadas informações quanto as suas realizações para todas as 33 (trinta e três) Unidades Gestoras da PF. Desse modo, com base em seus relatórios finais de inventários de 2025 encaminhados à Divisão de Contabilidade da PF, foi inventariado 100% dos bens em estoques na PF, equivalente ao montante de R\$ 79,8 milhões (confirmado a existência física e valor econômico adequado) no exercício de 2025. Somente os bens em estoques que estão em processo de importação na UG 200334 - CGAD/DLOG/PF não foram inventariados e representam R\$ 6,5 milhões.

Nota 3 – Imobilizado

Em 2025, o ativo imobilizado apresentou saldo de R\$ 4,7 bilhões considerando os valores líquidos deduzidos da depreciação acumulada. Em comparação ao exercício de 2024, verificou -se um acréscimo de R\$ 419,8 milhões no imobilizado.

Figura 3. Imobilizado – Composição



Fonte: SIAFI, 2025

Quanto à realização do inventário de bens móveis e imóveis na PF, foram solicitadas informações às 33 (trinta e três) Unidades Gestoras. Desse modo, com base em seus relatórios finais de inventários de 2025 encaminhados à Divisão de Contabilidade da PF, a proporção do saldo inventariado (confirmado a existência física e valor econômico adequado) e não inventariado (saldo cujo inventário não foi realizado por parte da Unidade Gestora) está representada na tabela abaixo.

Inventário Anual	Bens Móveis		Bens Imóveis	
	Saldo R\$	AV%	Saldo R\$	AV%
Inventariado	2.697.627.240,21	96,53%	3.032.558.595,75	100,00%
Não Inventariado	96.960.892,45	3,47%	0,00	0,00%
Total	2.794.588.132,66	100%	3.032.558.595,75	100%

Fonte: Relatórios de conformidade contábil de dezembro de 2025 e SIAFI 2025

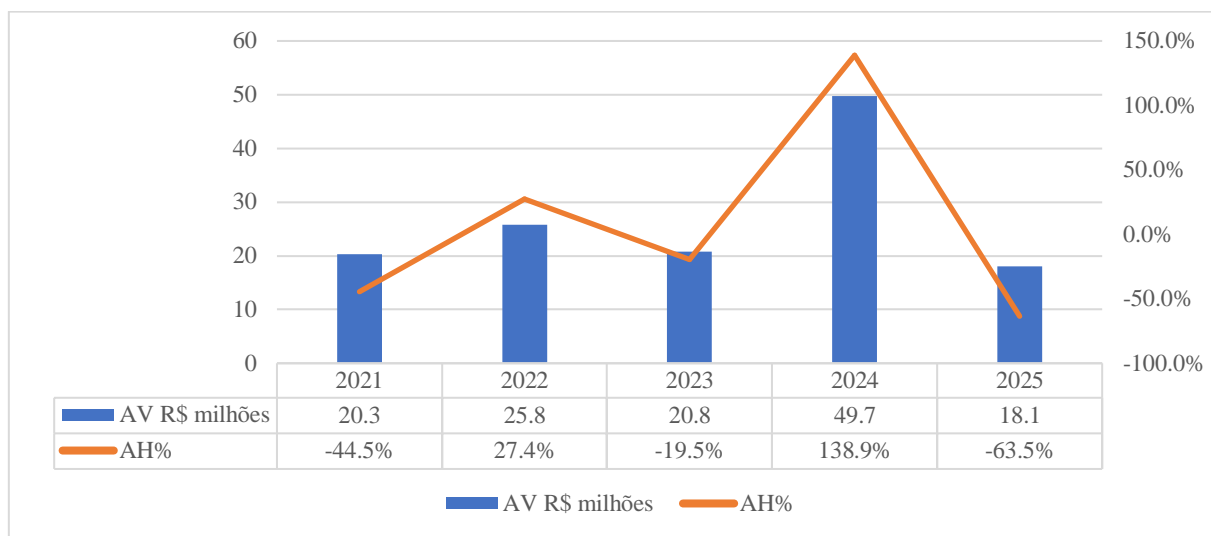
Os valores do Total dos Bens Móveis e Imóveis, contidos no Órgão 30108 – PF/MJSP, foram extraídos da transação Balancete, no SIAFI OPERACIONAL 2025, das contas contábeis 12.311.00.00 – Bens Móveis e 12.321.01.00 – Bens Imóveis de Uso Especial registrados no SPIUnet, respectivamente. Por sua vez, os valores inventariados dos bens móveis e imóveis representam o somatório dos saldos nas referidas contas contábeis, das Unidades Gestoras, que realizaram os inventários de bens móveis e imóveis, em 2025. De acordo com os Relatórios de Inventários de 2025 emitidos pelas UG's, somente a UG 200364 - SR/PF/PR não realizou o inventário dos bens móveis, representando 3,47% do total de bens móveis da PF.

Nota 3.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da Polícia Federal, em dezembro de 2025, apresentaram o valor bruto de R\$ 2,8 bilhões. E apresentou a seguinte composição: Veículos (49,73%); Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (21,62%); Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (15,67%); e demais bens (12,98%). As aquisições de veículos, principalmente viaturas, em 2025 estão vinculadas às necessidades operacionais da PF.

O saldo de Bens não Localizados, em 2025, totalizou R\$ 18,1 milhões, representando um decréscimo de 63,8%, em relação a 2024, conforme demonstrado na figura 4. Esse decréscimo substancial decorreu principalmente pelos esforços das Unidades Gestoras na localização dos bens não localizados. Destaque para a UG 200334 -CGAD/DLOG/PF, cujo saldo de bens não localizados equivale a 58,5% de toda a Polícia Federal e constatou-se uma redução de 69,3% no saldo de bens não localizados, após o inventário anual de bens. As Unidades Gestoras 200360-SR/PF/SP, 200366-DPF/FIG/PR, 200350-SR/PF/MG, 200382-SR/PF/AM, 200344-SR/PF/SE, 200390-SR/PF/PI e 200386-SR/PF/PA também apresentaram redução de mais de 70% da conta de bens não localizados.

Figura 4. Evolução Histórica dos Bens não Localizados

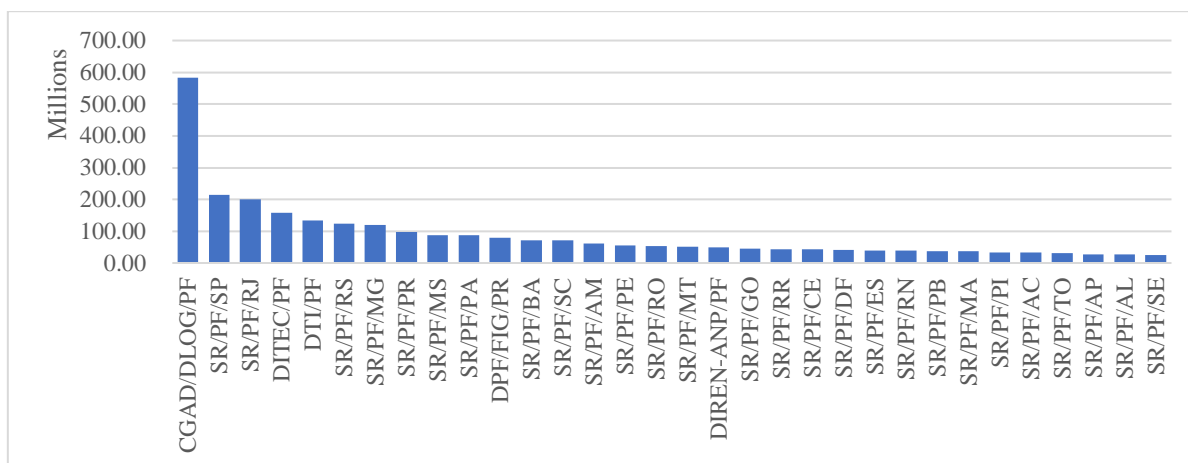


Fonte: SIAFI, 2025

Além disso ao analisar a Figura 4, observa-se expressiva redução do saldo dos bens não localizados no exercício de 2025 em relação aos exercícios anteriores, demonstrando o menor saldo da conta nos últimos 5(cinco) anos, evidenciando, assim, o aperfeiçoamento dos métodos de inventários nas Unidades Gestoras da PF bem como melhorias no sistema de controle patrimonial (e-LOG) e na gestão patrimonial.

Os Bens Móveis da PF, em 2025, estão distribuídos por Unidade Gestora, conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 5. Bens Móveis por Unidade Gestora



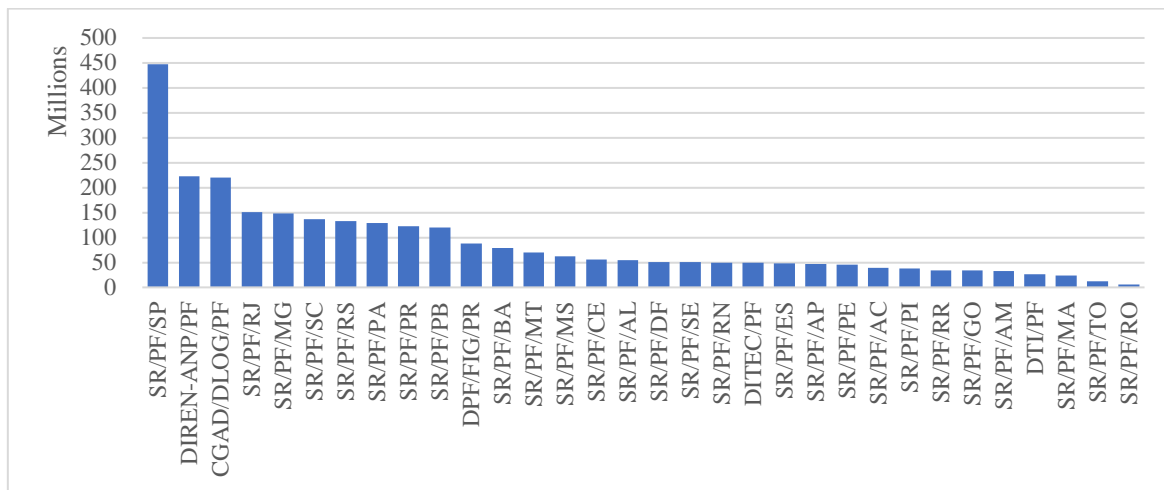
Fonte: SIAFI, 2025

Nota 3.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da PF, em dezembro de 2025, totalizavam valor bruto de R\$ 3,03 bilhões, indicando um acréscimo de 8,9% em relação a 2024. Os Bens Imóveis de Uso Especial da PF registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet correspondem a 93,2% do valor bruto dos Imóveis, perfazendo o montante de R\$ 2,8 bilhões. A diferença de 6,8% refere-se ao saldo das contas transitórias de Bens Imóveis (Estudos e Projetos, Bens Imóveis em Andamento, Instalações e Benfeitorias em Propriedade de terceiros).

No gráfico a seguir, são apresentados os valores de bens imóveis de uso especial por Unidade Gestora.

Figura 6. Bens imóveis de uso especial por UG.



Fonte: SIAFI, 2025

Em 2025, observa-se que os valores de imóveis máximo (R\$ 446,8 milhões – UG 200360) e mínimo (R\$ 5,6 milhão – UG 200378) são extremos na PF, indicando a variabilidade dos dados. Na UG 200360-SR/PF/SP o acréscimo no valor dos bens imóveis de uso especial, deve-se à reavaliação de vários imóveis, na proporção de 40,1%. Com relação a UG 200378-SR/PF/RO, o aumento de 260,3% no saldo dos bens imóveis em relação à 2024 refere-se ao imóvel (RIP utilização 0001 00211.500-8) devolvido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que havia sido recolhido nos sistemas SPIUnet e SIAFI, em 2024, para regularizações cadastrais

As avaliações dos imóveis tiveram um impacto significativo no saldo dos bens imóveis de uso especial da PF, incrementado em R\$ 248,6 milhões, sendo R\$ 128 milhões da reavaliação dos imóveis da UG 200360-SR/PF/SP, o que equivale a mais de 51% dos bens imóveis.

Nota 4 - Intangível

Em 2025, o saldo de bens intangíveis está composto apenas por softwares no valor de R\$ 249, milhões, sendo R\$ 240,9 milhões como valor líquido, deduzido da amortização acumulada. A tabela a seguir demonstra a composição do grupo de contas.

SOFTWARES	2025		2024		AH
	VALOR (RS)	AV	VALOR (RS)	AV	
SOFTWARES COM VIDA UTIL INDEFINIDA	240.103.426	99,7%	200.529.976	90,6%	11,97%
SOFTWARES COM VIDA UTIL DEFINIDA	9.284.210	3,9%	56.936.749	25,7%	-83,69%
AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 1241101XX	(8.443.608)	-3,5%	(36.160.842)	-16,3%	-76,65%
Total	240.944.028	100,00%	221.305.882	100,00%	10,89%

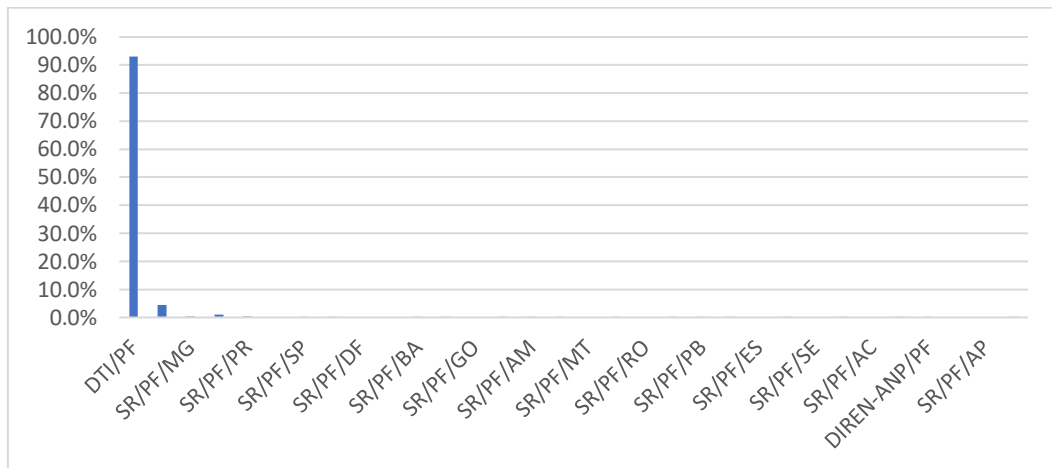
Fonte: SIAFI, 2024 e 2025

Em relação ao valor total dos softwares na PF, houve um acréscimo de 10,89% em comparação ao exercício de 2024. Essa variação decorreu das aquisições de softwares de vida útil indefinida em 2025.

Em relação ao inventário e a fidedignidade dos registros dos softwares, as Unidades da PF que atestaram a regularidade do saldo registrado nas contas de intangíveis correspondem a 99,63% (R\$ 240,9 milhões) do saldo líquido existente no Órgão.

A figura 7 abaixo apresenta em percentual a distribuição dos softwares na PF. A maior concentração (93,0%) do saldo de softwares está na Unidade 200342 – DTI/PF, por se tratar da Diretoria responsável pela área de Tecnologia da Informação, Comunicação e Inovação da Polícia Federal e pelo desenvolvimento, contratação e aquisições de softwares na PF.

Figura 7. Intangível - Por Unidade Executora



Fonte: SIAFI, 2025

Nota 5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Ajustes de Exercícios Anteriores

O saldo do Patrimônio Líquido da Polícia Federal, em 2025, foi de 6 bilhões, conforme detalhado na tabela abaixo:

DMPL	2025	2024	AH
Reavaliação de Bens Imóveis	1.014.905.759,42	694.734.261,88	46,09%
Reavaliação de Bens Móveis	17.109.879,53	16.066.509,32	6,49%
Resultado do Exercício	422.222.302,93	151.529.848,72	178,64%
Resultado de Exercícios Anteriores	4.580.736.437,65	4.587.183.419,53	-0,14%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.525.349,55)	(23.589.566,73)	-25,71%
Total	6.017.449.029,98	5.425.924.472,72	10,90%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

Visando à fidedignidade da mensuração dos ativos imobilizados, e conforme determinado pela Portaria nº 10/2023 – SPU/STN, algumas Unidades Gestoras da PF emitiram novos laudos de avaliação/relatórios de valor de referência de imóveis em 2025. A conta de reavaliação dos imóveis obteve uma evolução de 21,7% (R\$ 833,8 milhões para R\$ 1,014 bilhão) em 2025. Sob a ótica das Unidades Gestoras, destaca-se a Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP) que apresentou a maior flutuação absoluta (R\$ 128 milhões), sendo responsável por cerca de 70% do acréscimo global registrado pela reavaliação dos imóveis da Polícia Federal.

Observou-se uma variação expressiva de 178,64% no Resultado Patrimonial do Exercício. Tal desempenho é decorrente de um incremento nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) que superou a expansão das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) no período, consolidando um resultado superavitário. Os fatores determinantes e as contas de maior impacto para essa flutuação encontram-se detalhadamente discriminados na Nota Explicativa 6 – Resultado do Exercício.

O saldo da conta 'Ajustes de Exercícios Anteriores' no Patrimônio Líquido da Polícia Federal decorre de mudanças de critérios contábeis ou da retificação de erros relativos a períodos precedentes, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes. Em conformidade com as normas contábeis, tais registros são efetuados diretamente no Patrimônio Líquido (conta contábil 23.711.03.00), sem transitar pelo resultado do exercício corrente.

Nota 6 - Resultado Patrimonial do Exercício

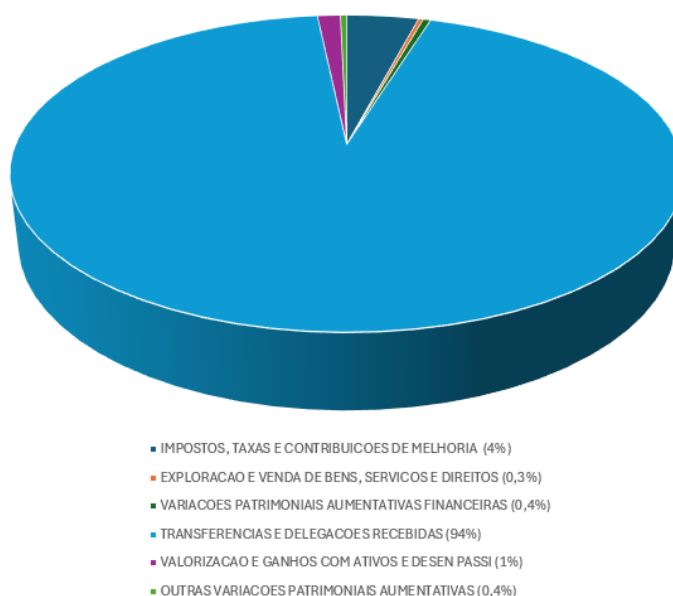
O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2025 registrou um **superávit de R\$ 422,2 milhões**, evidenciando a solidez econômica do órgão no período. Conforme demonstrado na tabela a seguir, este montante é resultado da confrontação entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

VPA X VPD	2025	2024	AH
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	22.687.411.740,42	20.856.506.454,59	9%
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	22.265.189.437,49	20.704.976.605,87	8%
Total	422.222.302,93	151.529.848,72	179%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

A composição das Variações Patrimoniais Aumentativas da Polícia Federal, em 2025, está detalhada na figura a seguir:

Figura 8. Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição



Fonte: SIAFI 2025.

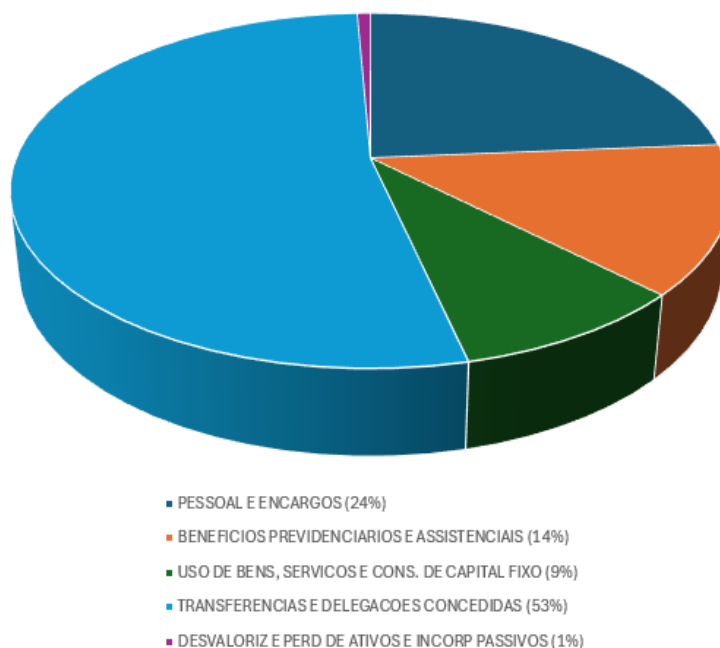
No âmbito das Variações Patrimoniais Aumentativas, a conta '**Transferências e Delegações Recebidas**' detém a maior representatividade (**94%**). Tal saldo é composto majoritariamente por **Transferências Intragovernamentais**, decorrentes da descentralização de créditos e repasses financeiros entre entes da Administração Federal, processados em conformidade com a programação financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O grupo '**Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**' reflete a arrecadação da **Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia (conta 41.211.01.00)**. Tais receitas são centralizadas na Unidade Gestora 200336-CGOF/DLOG/PF e provêm, majoritariamente, da emissão de passaportes (representando mais de 60% da receita líquida), além dos registros de armas de fogo e das atividades fiscalizatórias. Adicionalmente, ressalta-se que as taxas de inscrição em concursos públicos para as áreas policial e administrativa, realizados em 2025, totalizaram uma receita de **R\$ 60 milhões**, o que correspondeu a **6,27%** da receita líquida auferida no exercício.

As transferências intragovernamentais, somadas às despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais e previdenciários, concentram mais de **70%** das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do exercício de 2025. O gráfico a seguir

evidencia a referida composição, refletindo a natureza da estrutura de custos do órgão, centrada na manutenção da força de trabalho e em repasses institucionais.

Figura 9. Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição



Fonte: SIAFI, 2025.

Nota 7 - Atos Potenciais Ativos

Em relação aos atos potenciais ativos e passivos da Polícia Federal, no encerramento do exercício de 2025 foram solicitadas informações às Unidades Gestoras atestando a regularidade das contas de contratos e garantias, bem como de convênios e termos de execução descentralizada. As declarações foram assinadas pelos Ordenadores de Despesa, Gestores Financeiros e Responsáveis pela execução contratual.

Em 2025, a Execução de direitos conveniados e outros instrumentos congêneres, que representa 0,8% do total dos atos potenciais ativos, apresentou redução de 15,68% em relação ao ano de 2024.

Entretanto, as Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar representam a maior parte do valor dos atos potenciais ativos, que apresentaram um aumento de 25,88% da composição em relação a 2024, conforme tabelas abaixo.

Atos Potenciais Ativos	2025	AV	2024	AV	AH
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	146.935.392,25	99,2%	116.728.098,29	98,8%	25,88%
Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	1.232.391,41	0,8%	1.461.595,57	1,2%	(15,68%)
Total	148.167.783,66	100,0%	118.189.693,86	100,0%	25,36%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 147 milhões, discriminado conforme a tabela a seguir.

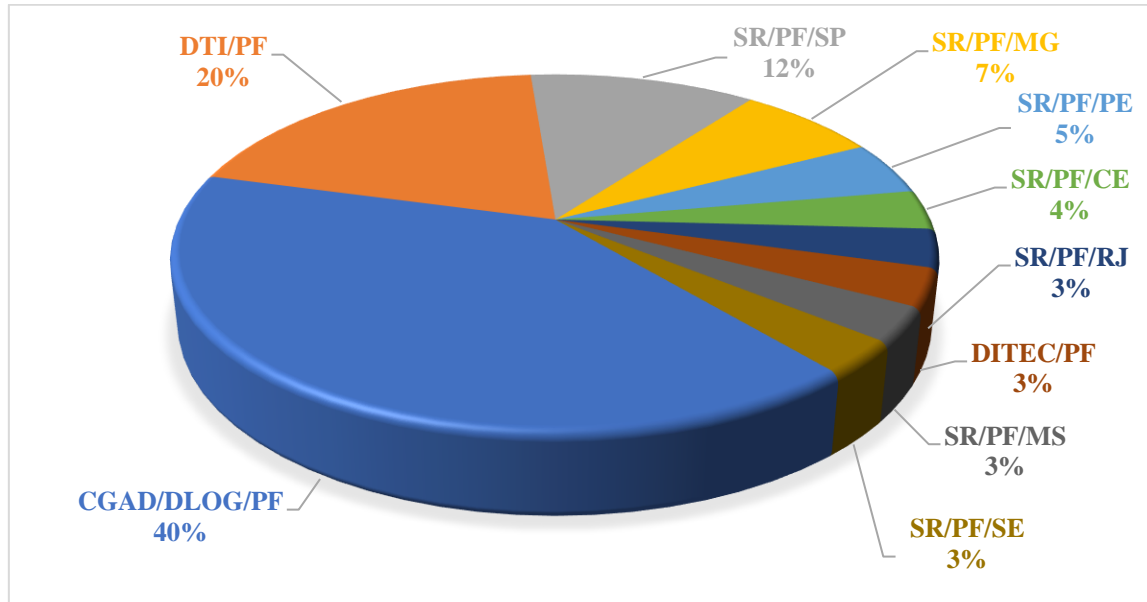
Conta Contábil	2025	AV	2024	AV	AH
----------------	------	----	------	----	----

Fianças a Executar	6.331.935,68	3,9%	5.428.097,17	4,4%	16,65%
Seguros e Garantia a Executar	140.597.203,16	87,1%	111.003.663,28	89,2%	26,66%
Apólices de Seguros a Executar	6.253,41	0,0%	6.253,41	0,0%	0,0%
Caução a Executar		0,0%	290.084,43	0,2%	0,0%
Total Garantias e Contragarantias recebidas no país	146.935.392,25	91,1%	116.728.098,29	93,8%	25,88%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

A figura abaixo detalha o percentual das garantias recebidas no país por Unidade Gestora.

Figura 10. Garantias Recebidas no País a Executar - por UG



Fonte: SIAFI, 2025.

A UG 200334 - CGAD/DLOG/PF representa o maior percentual (40%) em registros de garantias nacionais a executar que é compatível com a sua execução contratual.

Nota 8 - Atos Potenciais Passivos

Em 2025, as obrigações contratuais em execução correspondem a R\$ 3,7 bilhões e representam 99,7% dos atos potenciais passivos da PF (acréscimo de 32% em relação a 2024) provenientes de parcelas de contratos a executar conforme demonstrados na tabela 9 abaixo.

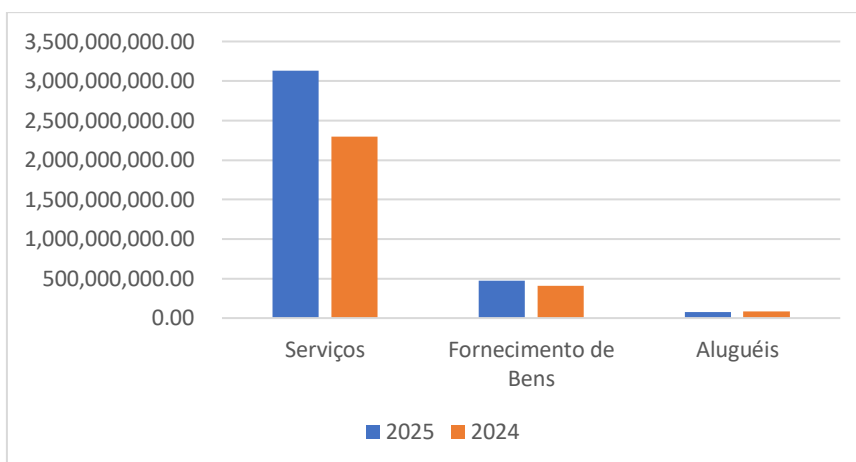
Atos Potenciais Passivos	2025	AV	2024	AV	AH
Execução de obrigações contratuais	3.677.440.590,54	99,7%	2.785.095.645,12	99,2%	32%
Execução de obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	12.391.908,55	0,3%	21.498.466,31	0,8%	-42%
Total	3.689.832.499,09	100,0%	2.806.594.111,43	100,0%	31%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024.

O item “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres” são Termos de Execução Descentralizada (TED), registrados na Unidade Gestora 200336 - CGOF/DLOG/PF.

A figura 11 abaixo discrimina as obrigações contratuais por tipo de fornecimento e prestação de serviços e a evolução em relação ao ano anterior.

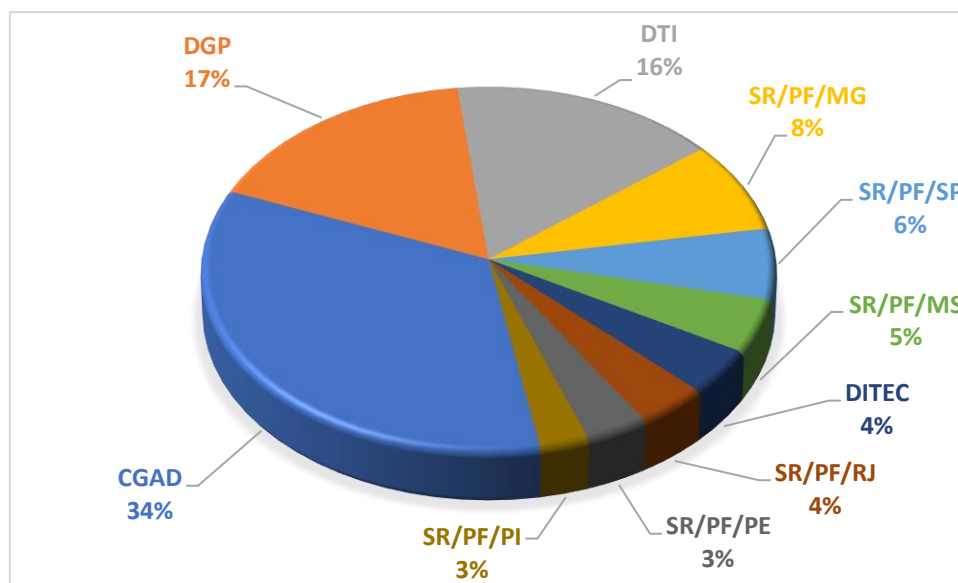
Figura 11. Execução de Obrigações Contratuais



Fonte: SIAFI, 2025

A figura 12 abaixo apresenta a proporção das obrigações contratuais por Unidade Gestora.

Figura 12. Execução de Obrigações Contratuais - por UG



Fonte: SIAFI, 2025

Na tabela, apresentada a seguir, estão relacionados os contratos a executar com os valores mais significativos na PF, listados por fornecedor e o saldo a executar por Unidade Gestora.

Fornecedor	UG	2024	AV	Contrato	Objeto	
34.164.319/0005-06	Casa da Moeda Do Brasil - CMB	CGAD/DLOG/PF	453.580.032,68	14,5%	40/2022	Serviço de emissão e personalização de Documentos de viagem eletrônicos (passaporte).
02.812.468/0001-06	UNIMED NACIONAL - COOPERATIVA CENTRAL	DGP/PF	411.976.858,65	13,2%	19/2022	Prestação de serviços de atendimento médico hospitalar e odontológico aos beneficiários do programa de saúde dos servidores da Polícia Federal.
57.142.978/0001-05	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	DTI/PF	114.629.593,54	3,7%	02/2025	Contratação de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais, destinados aos equipamentos, estações de trabalho e servidores da rede da polícia federal, incluindo suporte técnico e garantia de atualização das versões.
05.502.281/0001-02	TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA	SR/PF/MG	95.900.952,78	3,1%	22/2023	Empresa para a Construção da nova sede da Superintendência de Polícia Federal em Minas Gerais, SR/PF/MG.
12.574.539/0001-33	CONSTRUTORA VENANCIO LTDA	SR/PF/PE	83.317.421,52	2,7%	14/2025	Empresa de engenharia para execução da obra da construção da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco,
Demais Contratos			1.968.148.402,49	63,0%		
Total			3.127.553.261,66	100,00%		

Fonte: SIAFI, 2025

Nota 9 - Execução Orçamentária da Receita

A tabela a seguir apresenta as variações das origens das receitas arrecadadas pela Polícia Federal, em 2025, considerando as restituições, retificações e outras deduções da receita orçamentária:

Origem Receita	2025	AV	2024	AV	AH
RECEITAS CORRENTES					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	680.314.700,78	70,62%	520.926.631,16	55,50%	30,60%
Receita Patrimonial	112.482.845,99	11,68%	105.315.659,17	11,22%	6,81%
Receita de Serviços	60.424.070,19	6,27%			-
Receitas Correntes a Classificar	-		(1.148,48)	0,00%	-
Outras Receitas Correntes	100.216.546,94	10,40%	306.495.810,96	32,65%	-67,30%
Total	953.438.163,90	98,97%	932.736.952,81	99,37%	2,22%
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens	9.931.489,92	1,03%	5.881.045,11	0,63%	68,87%
Total	9.931.489,92	1,03%	5.881.045,11	0,63%	68,87%
Total	963.369.653,82	100,00%	938.617.997,92	100,00%	2,64%

Fonte: SIAFI, 2025 e 2024

A maior parte das Receitas arrecadadas pela PF (70,61%) são provenientes de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Essas arrecadações referem-se às áreas de: Imigração, Armas, Segurança Privada, Químicos Aluguéis, Indenizações, Alienações e Sentenças Judiciais.

A arrecadação da Polícia Federal possui natureza predominantemente tributária, tendo como fato gerador primordial as atividades relacionadas à imigração. Sob este prisma, as taxas de inspeção, controle e fiscalização vinculadas a essa área representaram mais de 61% das receitas totais auferidas em 2025. Destaca-se que a emissão de passaportes constitui a principal rubrica, respondendo isoladamente por 52% do montante arrecadado pelo órgão no exercício.

Adicionalmente, verificou-se que o montante registrado como Receita Patrimonial decorre da remuneração de depósitos bancários. Já os valores classificados em Receita de Serviços guardam estrita relação com a realização de certames públicos no exercício de 2025, refletindo o ingresso de recursos provenientes das taxas de inscrição.

O montante registrado em Outras Receitas Correntes compreende a arrecadação de multas aplicadas e os valores recebidos da destinação de bens e direitos cuja perda tenha sido declarada em processos de competência da Justiça Federal, especificamente em casos tipificados como crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Até o exercício de 2024, identificou-se que havia saldos registrados indevidamente na rubrica de aluguéis, os quais se referiam ao rateio de despesas para pagamento de contratos nas hipóteses de cessão de espaços físicos utilizado por terceiros. Constatado o erro material, procedeu-se à devida retificação contábil para a conta adequada. Adicionalmente, informa-se que a partir do exercício de 2025, os códigos de arrecadação utilizados pelas Unidades Gestoras foram parametrizados para garantir a correta classificação da receita.

Ademais, houve recebimento de Receita de Capital referente as alienações dos bens leiloados em 2025 pelas UGs: 200334 (CGAD/DLOG/PF), 200338 (SR/PF/DF), 200340 (DIREN/PF), 200346 (SR/PF/BA), 200352 (SR/PF/ES), 200360 (SR/PF/SP), 200366 (SR/PF/FIG/PR), 200370 (SR/PF/SC), 200372 (SR/PF/RS), 200374 (SR/PF/MT), 200388 (SR/PF/MA), 200392 (SR/PF/CE) e 200398 (SR/PF/PE).

Com relação aos valores apresentados na Tabela 11 são descontadas as deduções legais sobre algumas receitas. As deduções aplicáveis às receitas recebidas pela Polícia Federal são:

a) 30% do total das taxas arrecadadas para a Desvinculação das Receitas da União (DRU); e

b) 20% sobre a arrecadação de taxas e multas na área de fiscalização de produtos químicos que constituem receita do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), conforme art. 21 da 10.357/2001.

As demais arrecadações, incluindo as provenientes de taxas de inscrição em concursos e de leilões, constituem recursos próprios da unidade e não estão sujeitas a deduções.

Nota 10 - Execução Orçamentária da Despesa

No exercício de 2025, a Polícia Federal executou (empenhou) acima da Dotação Atualizada, conforme evidenciado na tabela 12 abaixo, em decorrência dos Destaques Recebidos (créditos orçamentários recebidos de outros órgãos) no montante de R\$ 235,7 milhões. Os destaques Recebidos não entram na Dotação, mas permitem empenhar validando os gastos orçamentários com o orçamento de outros órgãos e geralmente são formalizados por um Termo de Execução Descentralizada (TED). Dos Destaques Recebidos, R\$ 170,3 milhões foram empenhados em despesas de custeio e R\$ 65,4 milhões em investimento. Além dos Destaques Recebidos, impactou no cálculo da execução orçamentária na PF em 2025, os Destaques concedidos de R\$ 2,2 milhões.

No exercício de 2025, a Polícia Federal registrou execução orçamentária (empenhos) superior à Dotação Atualizada, conforme demonstrado na Tabela 12. Esse resultado decorre, principalmente, dos **Destaques Recebidos e Concedidos**, que embora **não integrem a Dotação Atualizada**, esses recursos autorizam a execução de despesas por meio da devida validação no sistema e, em geral, são formalizados mediante **Termo de Execução Descentralizada (TED)**.

Assim, do montante de R\$ 10,5 bilhões autorizado para gasto (dotação + destaques), foram realizados (empenhados) R\$ 10,4 bilhões, execução de 98,97% da despesa orçamentária, conforme tabela abaixo.

Categoria Econômica Despesa	DOTACAO ATUALIZADA	DESTAQUE RECEBIDO	DESTAQUE CONCEDIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.096.303.267	170.339.388	2.258.330	2.252.481.926	1.961.330.870	1.908.892.094
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.985.801.439			7.889.299.929	7.875.502.062	7.173.403.287
Total	10.082.104.706	170.339.388	2.258.330	10.141.781.855	9.836.832.932	9.082.295.380
INVESTIMENTOS	232.026.389	65.368.295		297.023.777	84.533.459	81.330.752

Total	232.026.389	65.368.295		297.023.777	84.533.459	81.330.752
Total	10.314.131.095	235.707.682	2.258.330	10.438.805.632	9.921.366.390	9.163.626.133

Fonte: SIAFI, 2025

Do montante empenhado, R\$ 9,9 bilhões foram liquidados e R\$ 9,2 bilhões foram pagos no exercício de 2025. Isto implicou na inscrição, no final do exercício de 2025, de Restos a Pagar Não Processados (a liquidar e em liquidação) em R\$ 517,4 milhões e Restos a Pagar Processados em R\$ 757,7 milhões. As execuções dos Restos a Pagar Não Processados e Processados estão detalhadas na Nota 11, respectivamente nos itens 11.1 e 11.2.

Da totalidade das despesas empenhadas na PF em 2025, R\$ 7,9 bilhões (76%) são relativas as despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais e foram executadas pela Unidade Gestora 200334 - CGAD/DLOG/PF, responsável pelo pagamento da folha dos servidores e de outras despesas do órgão. Já 22% são empenhos com outras despesas correntes e 3% são empenhos com despesas de capital.

Todas as Despesas de Capital empenhadas (297 milhões) em 2025 são relativas ao grupo Investimentos e estão detalhadas na tabela abaixo. Sendo as despesas com aquisições de equipamentos e materiais permanentes responsáveis por 59,3% dos empenhos desse grupo.

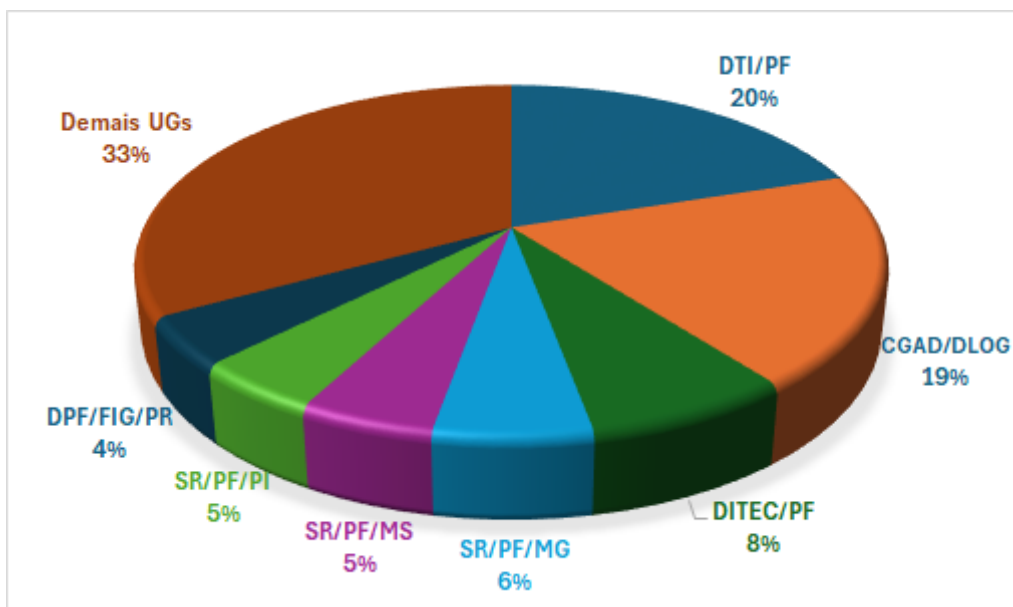
Classificação dos Elementos de Despesa de Investimentos	DESPESAS EMPENHADAS		
	2025	2024	AH
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	176.210.462	221.026.555	-20%
OBRAS E INSTALACOES	99.080.014	90.465.527	10%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO – PJ	20.376.166	28.465.063	-28%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.066.139	480.076	122%
MATERIAL DE CONSUMO	278.607	30.629	810%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.389	18.868	-34%
Total	297.023.777	340.486.719	-13%

Fonte: SIAFI, 2025

Considerando os gastos compatíveis com a composição do ativo da PF, a tabela acima demonstra ainda uma redução em 2025 de 13% nas emissões de empenhos no grupo Investimento em relação a 2024. Essa redução foi impactada principalmente no decréscimo de 20% nos gastos com Equipamentos e Materiais Permanentes e redução de 34% nas Despesas de Exercícios Anteriores. Em contrapartida houve aumento nas emissões de empenhos nas despesas com execução de Obras e Instalações (10%) e material de consumo (810%).

Os maiores gastos (despesas empenhadas) com o grupo Investimento por Unidade Gestora foram distribuídos conforme a figura 14 abaixo.

Figura 13. Maiores valores executados com despesas de capital por UG - 2025



Fonte: SIAFI, 2025

Verifica-se que as Unidades Gestoras 200342-DTI/PF e 200334-CGAD/DLOG foram as responsáveis pelos maiores gastos com investimentos na PF por se tratarem da Diretoria de Tecnologia e Inovação, responsável pelas aquisições dos intangíveis (softwares) para toda a PF e a da Coordenação de Administração e Logística, responsável pelas compras centralizadas a serem distribuídas a todas UGs da PF.

Nota 11 - Execução Orçamentária dos Restos a pagar

A Divisão de Contabilidade (DICON/CGOF/DLOG/PF) realiza o acompanhamento dos saldos das contas de Restos a Pagar (RAP) por meio de orientações nos processos de conformidade contábil e de custos das Unidades Gestoras (UG) e solicita justificativas quanto à inscrição, à manutenção e aos prazos para a execução.

Além disso, é orientado que as UGs solicitem as justificativas para a manutenção dos saldos junto aos fiscais de cada contrato e que as liquidações dos empenhos de RAP sejam realizadas em conformidade com os princípios orçamentários e as legislações vigentes. Esse acompanhamento contábil tem o objetivo de reduzir os estoques e a execução indevida dos empenhos de Restos a Pagar não Processados (RPNP) e Processados (RPP), conforme demonstrado nos itens abaixo.

Em 2025, a PF apresentou o montante de R\$ 1,322 bilhões em estoque de RAP, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar	Despesas Correntes	Despesas de Capital	TOTAL
Processados	661.992.373,17	7.048.846	669.041.219
Não Processados	333.356.543,68	319.707.484	653.064.028
Total	995.348.917	326.756.330	1.322.105.247

Fonte: SIAFI, 2025

11.1 Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

O estoque de Restos a Pagar não Processados da PF em 2025 está distribuído conforme Tabela abaixo.

Grupo Despesa	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2024	(estoque inicial) TOTAL RPNP inscritos em jan.2025	Liquidados em 2025	Pagos em 2025	Cancelados em 2025	(estoque final) RPNP a Pagar (a liquidar ou liquidados a pagar) em 31/12/2025
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.136.094	55.724.676	64.860.770	2.820.221	2.792.780	61.413.764	654.225
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.062.001	256.433.773	268.495.774	219.583.618	217.599.687	29.190.459	21.705.628
Total Desp. Correntes	21.198.095	312.158.448	333.356.544	222.403.839	220.392.467	90.604.223	22.359.853
INVESTIMENTOS	68.651.147	251.056.337	319.707.484	295.224.075	294.623.228	5.649.185	19.435.071
Total Desp. Capital	68.651.147	251.056.337	319.707.484	295.224.075	294.623.228	5.649.185	19.435.071
Total	89.849.242,55	563.214.785,19	653.064.027,74	517.627.913,81	515.015.694,94	96.253.408,65	41.794.924,15

Fonte: SIAFI, 2025

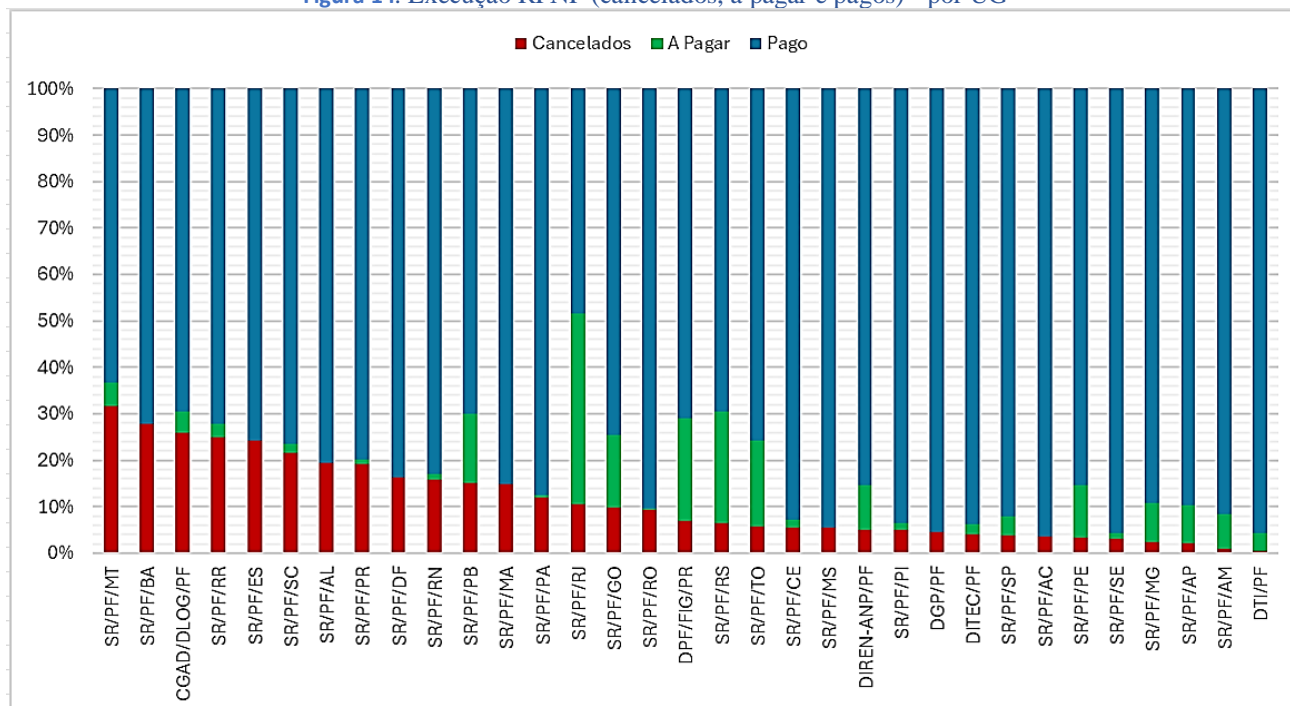
Conforme demonstrado na **Tabela 15**, em janeiro de 2025 a PF possuía em estoque inicial de Restos a Pagar Não Processados a liquidar o montante de R\$ 653 milhões. Desses empenhos inscritos, 79% (R\$ 517,6 milhões) foram liquidados até 31/12/2025 e desses liquidados, 99% foram pagos em 2025 e somente R\$ 2,6 milhões (1%) permaneceram contabilizados em RPNP Liquidados a Pagar que foram inscritos em Restos a Pagar Processados em 2026.

Do montante de RPNP inscrito no início do exercício, apenas 6% (R\$ 39,2 milhões) dos empenhos não foram liquidados em 2025 e permaneceram em RPNP a Liquidar no final do exercício, para reinscrição em 2026, **reduzindo, com isso, o estoque final de Restos a Pagar Não Processados para R\$ 41,8 milhões, 6,4% do valor total inscrito no início do exercício.**

Dessa forma, percebe-se que os percentuais de execuções dos Restos a Pagar Não Processados na PF aumentaram após os controles dos empenhos efetuados pelas unidades. A maioria das UGs (28 das 33) possui execuções de RPNP acima dos 80%, empenhos pagos ou a pagar, em relação aos valores inscritos no início do exercício, conforme pode ser observado na **Figura 14** abaixo que apresenta os percentuais de execuções dos RPNP em 2025 por UG.

As informações da Figura 14 foram discriminadas, por ordem decrescente, do maior percentual de empenhos cancelados de RPNP por UG em relação aos valores inscritos.

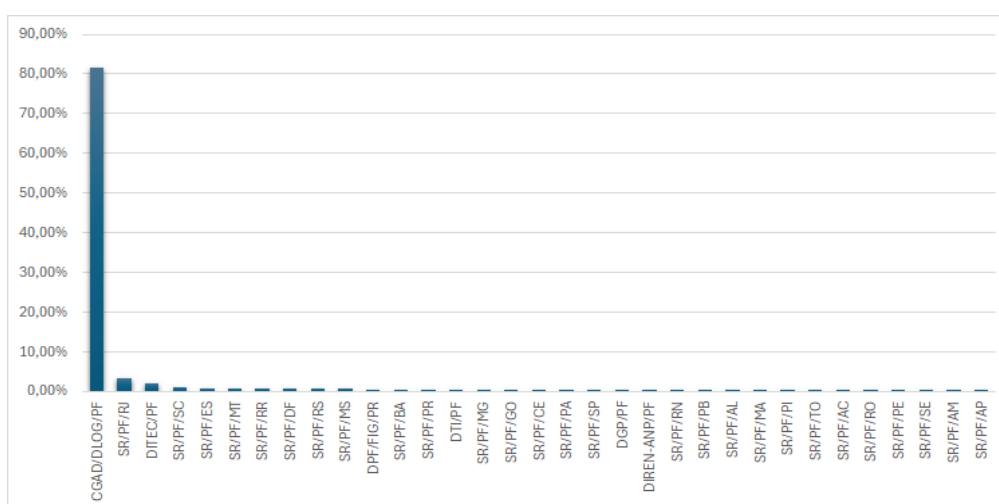
Figura 14. Execução RPNP (cancelados, a pagar e pagos) - por UG



Fonte: SIAFI, 2025.

Em 2025, foram cancelados o montante de R\$ 96,3 milhões em Restos a Pagar Não Processados na Polícia Federal, representando 15% do total inscrito no início do exercício. A **Figura 15** informa, em ordem decrescente, os percentuais dos valores brutos cancelados de RPNP por Unidade Gestora em relação ao valor total cancelado no Órgão. Percebe-se que apenas 3(três) UGs (200334 - CGAD/DLOG/PF, 200356 - SR/PF/RJ e 200406 - DITEC/PF) foram responsáveis por 87% dos valores totais dos cancelamentos dos empenhos de RPNP, as demais 30 (trinta) UGs da PF foram responsáveis por apenas 13% dos valores cancelados, cada uma com representação menor que 1% em relação ao total cancelado no Órgão em 2025.

Figura 15. Percentual de RPNP cancelados no exercício - por UG



Fonte: SIAFI, 2025.

Assim, ao se comparar o estoque de RPNP da PF (**Tabela 15**) com a **Figura 15** (percentual de RPNP cancelados do exercício - por UG), percebe-se que embora a 200334 - CGAD/DLOG/PF apresente, em valores absolutos, o maior percentual (81,6%) de valores

cancelados de RPNP em 2025 na PF, essa UG está na 3º posição em cancelamentos de empenhos de acordo com sua execução de RPNP no Órgão, sendo a primeira colocada, a 200374 - SR/PF/MT e a segunda a 200346 - SR/PF/BA, conforme discriminado na **Figura 15**.

A **Tabela 15.1** abaixo apresenta informações das 05 (cinco) UGs com o maior estoque de empenhos inscritos em RPNP a liquidar no início de 2025 na PF, **que representam 80% do valor total inscrito**. Sendo a 200334 -CGAD/DLOG/PF a primeira colocada com 46%, por ser a Unidade Gestora que realiza os pagamentos da folha de pessoal da PF, a 200342 -DTI/PF, segunda com 19%, por ser a Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação, a terceira com 8% é a 200406- Diretoria Técnico-Científica/DITEC, responsável pelas perícias criminalísticas do Órgão e em quarto (5%) e quinto (3%) lugares, duas das maiores Superintendências da PF, localizadas nos Estados de RJ e MG.

UG Executora	Total	Cancelados	A Pagar	Pago
CGAD/DLOG/PF	302.241.760,43	78.505.213,43	13.446.511,45	210.290.035,55
DTI/PF	122.222.852,95	499.446,07	4.708.232,44	117.015.174,44
DITEC/PF	49.602.453,93	2.054.050,13	975.308,13	46.573.095,67
SR/PF/RJ	30.520.647,48	3.213.362,33	12.499.570,88	14.807.714,27
SR/PF/MG	19.577.922,23	483.116,39	1.647.120,12	17.447.685,72

Fonte: SIAFI, 2025.

11.2 Restos a Pagar Processados (RPP)

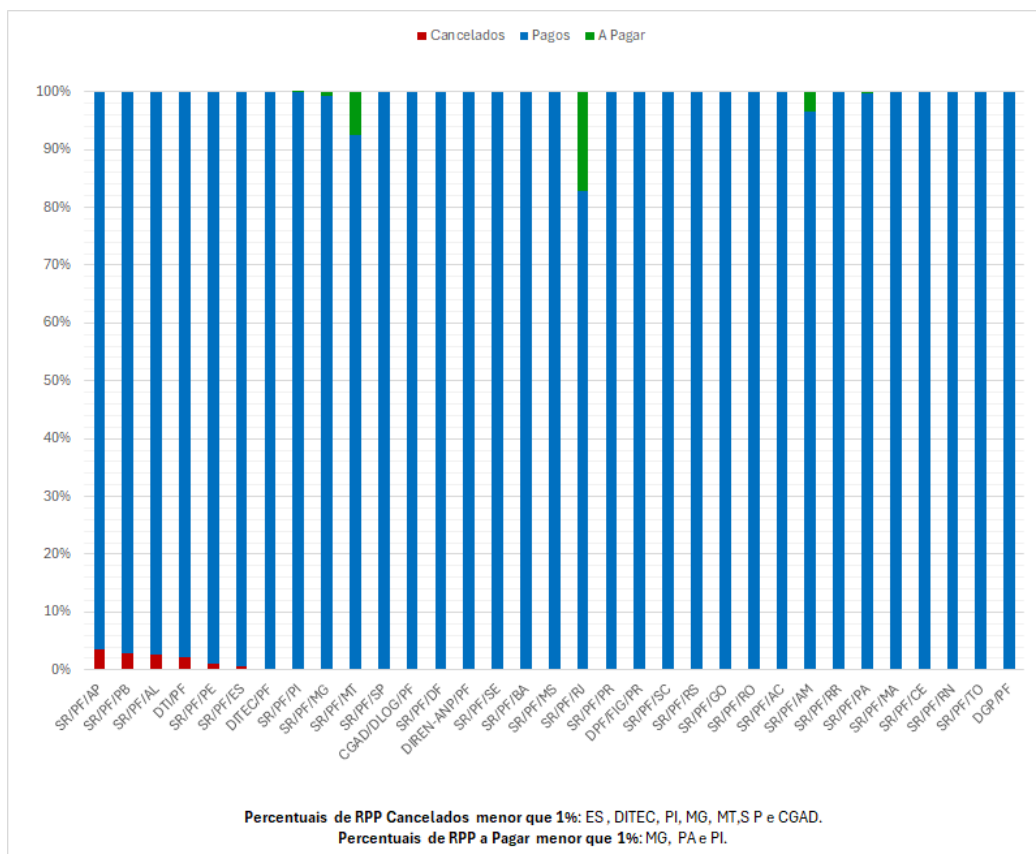
O estoque de Restos a Pagar Processados (RPP) de 2025 da PF está detalhado na **Tabela 15**. Observa-se que do saldo de R\$ 669 milhões inscritos em RPP em 2025, apenas 0,03% dos valores inscritos foram cancelados e 0,07% ficaram pendentes de pagamentos no encerramento do exercício, enquanto 99,90% foram pagos em 2025.

Restos a Pagar	Categoria Econômica Despesa	RPP Inscritos em 31/12/2024	RPP Inscritos em Exercícios Anteriores	TOTAL RPP Inscritos, início de 2025	Cancelados em 2025	Pagos em 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Processados	Despesas Correntes	661.889.717	102.656	661.992.373,17	180.983	661.335.159	476.231
	Despesas de Capital	7.048.846		7.048.846,00	14.443	7.034.403	0
	Total	668.938.563	102.656	669.041.219,17	195.426	668.369.563	476.231
				Total Inscritos 2025 RPP (%)	0,03%	99,90%	0,07%

Fonte: SIAFI, 2025.

Em 2025, os percentuais de execução dos Restos a Pagar Processados (cancelados, pagos e a pagar) por unidade gestora se mantiveram estáveis em relação aos anos anteriores. Os dados estão discriminados na **Figura 16** abaixo e apresentados por ordem decrescente do percentual de empenhos cancelados em relação aos valores inscritos em RPP por UG.

Figura 16. Execução RPP (cancelados, pagos e a pagar) - por UG

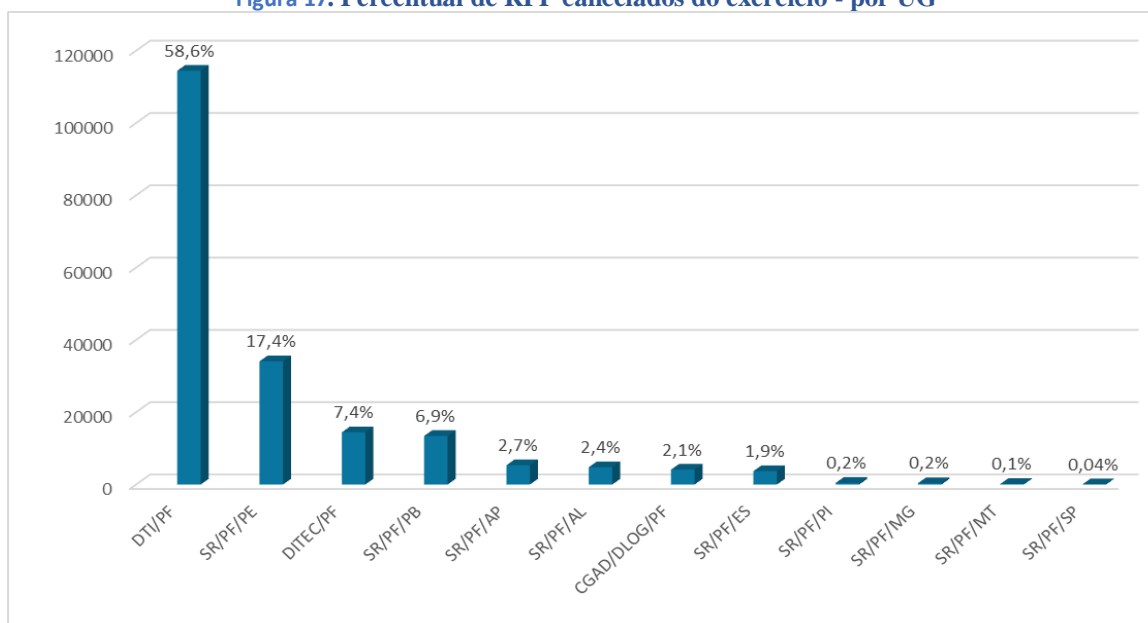


Fonte: SIAFI, 2025

Observa-se que, das 33 (trinta e três) UGs executoras da PF, 18 (dezoito) -54,5% pagaram todos os empenhos inscritos em RPP em 2025 e 06 (seis) -18,2% tiveram saldo de RPP a pagar no final de 2025, perfazendo o valor total a pagar de R\$ 476 mil, apenas 0,07% do total inscrito de R\$ 669 milhões. Somente 12 (doze) UGs -36,4% da PF tiveram cancelamentos de RPP, sendo que o percentual de cancelamento nessas UGs em relação ao valor total inscrito variou de 3,55% a 0,001% (do maior percentual cancelado, 200402 - SR/PF/AP, para o menor, 200334- CGAD/DLOG), conforme demonstrado na **Figura 16**.

Quanto ao valor total de R\$ 195 mil cancelado no Órgão em RPP, foi elaborada a **Figura 17** abaixo que demonstra, em ordem decrescente, os valores monetários brutos e seus percentuais cancelados por Unidade Gestora em relação ao valor total cancelado no Órgão.

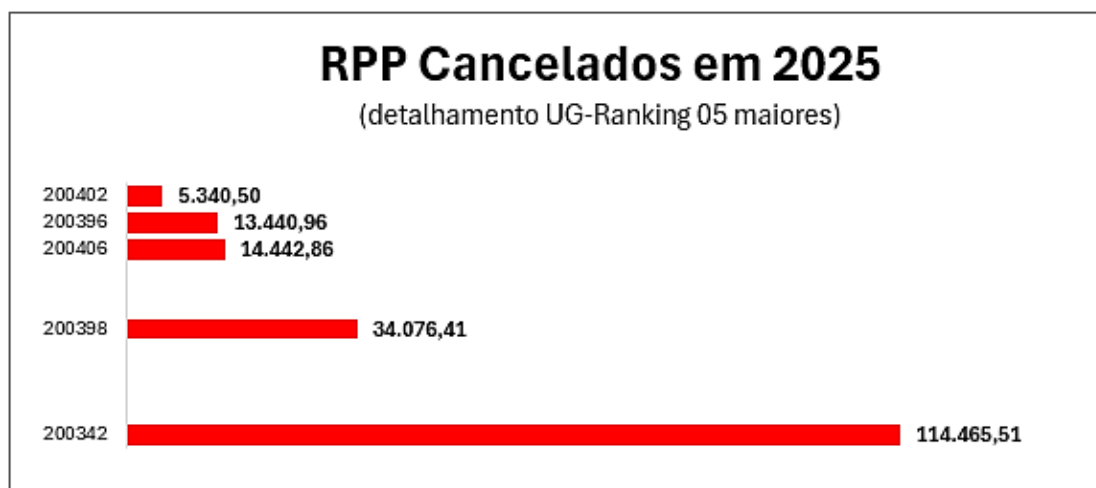
Figura 17. Percentual de RPP cancelados do exercício - por UG



Ao se comparar o estoque inicial de RPP inscrito no Órgão (**Tabela 16**) com a **Figura 17** (percentual e valores de RPP cancelados do exercício - por UG), percebe-se que embora a 200342 - DTI/PF presente, em valores absolutos, o maior percentual (58,6% - R\$ 114 mil), de valores cancelados de RPP em 2025 na PF, essa UG está na 4º posição em cancelamentos de empenhos de acordo com sua execução de RPP no Órgão, sendo a primeira colocada, a 200402 - SR/PF/AP, seguida da 200396 - SR/PF/PB e 200358 -SR/PF/AL, conforme discriminado na **Figura 16**.

Em termos de proporção referente à execução dos empenhos de restos a pagar processados inscritos, esses percentuais de cancelamento nas UGs listadas na **Figura 17** são baixos, com representação percentual de 0,03% do total de R\$ 669 milhões inscritos no início do exercício na PF. Conforme consulta aos empenhos cancelados de RPP nessas UGs (detalhamento **Figura 18** – raking 05 maiores), exceto a 200342 – DTI/PF , as justificativas para os cancelamentos foram devidos a liquidações duplicadas de documentos hábeis no exercício anterior que por diversos motivos não foram identificadas à época das liquidações sendo inscritas indevidamente em RPP. Quanto aos empenhos de RPP cancelados pela 200342 DTI/pf conforme as justificativas apresentadas pela UG são notas de pagamento pendentes que se tratavam de ordens bancárias canceladas que, com o valor estornado, foram pagas em outras notas de pagamento ou nota de pagamento que não gerou ordem bancária, em razão da empresa ter recebido o valor devido por meio da SEFAZ/DF, após o valor integral da nota ter sido equivocadamente recolhido como ISS.

Figura 18. RPP cancelados no exercício - por UG



Fonte: SIAFI, 2025.

A **Tabela 16.1** abaixo apresenta informações das 05 (cinco) UGs com o maior estoque de empenhos inscritos em RPP a pagar no início de 2025 na PF, **juntas representam 97% do valor total inscrito**, sendo a 200334 - CGAD/DLOG/PF a primeira colocada com 93%. Esses valores da 200334 - CGAD/DLOG/PF geralmente são empenhos inscritos em RPP das apropriações de folha de pessoal referente a encargos e multas.

UG EXECUTORA	Total	RPP CANCELADOS	RPP PAGOS	RPP A PAGAR	%
CGAD/DLOG/PF	625.188.108	4.124	625.183.984	0	93%
DITEC/PF	7.520.439	14.443	7.505.996	0	1%
DGP/PF	6.552.644		6.552.644	0	1%
DTI/PF	5.144.623	114.466	5.030.158	0	1%
SR/PF/PE	3.328.302	34.076	3.294.226	0	0%

11.3 Evolução do Estoque de Restos a Pagar (RAP)

Considerando a análise dos estoques de Restos a Pagar Processados (RPP) e Não Processados (RPNP), foi possível perceber que ao longo dos exercícios, houve aumento nas execuções (liquidados e/ou pagos) desses empenhos de RAP nas UGs e decréscimos em seus cancelamentos principalmente em relação aos RPP.

Os empenhos inscritos em RPP possuem execuções superiores a 98% enquanto os inscritos em RPNP, superiores a 84%. Para esse panorama, foi considerado a execução dos Restos a Pagar Processados e dos Não Processados a Liquidar e seus cancelamentos aos longos dos anos de 2018 a 2025, conforme demonstrado na **Tabela** abaixo.

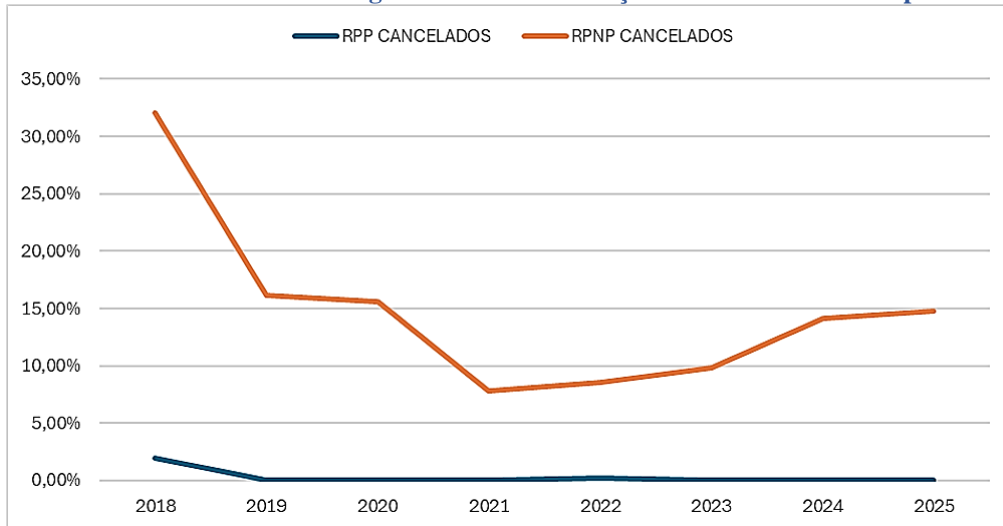
ANO	TOTAL RPP INSCRITOS E REINSCRITOS	RPP CANCELADOS	RPP EXECUTADOS	RPP % EXECUÇÃO	TOTAL RPNP INSCRITOS E REINSCRITOS	RPNP CANCELADOS	RPNP EXECUTADOS	RPNP % EXECUÇÃO
2018	29.426.188	589.483	28.836.705	98%	446.021.566	143.106.641	302.914.924	68%
2019	417.384.341	83.327	417.301.014	100%	429.330.930	69.420.851	359.910.079	84%
2020	458.239.113	97.979	458.141.134	100%	449.835.932	70.050.232	379.785.701	84%
2021	411.100.507	37.871	411.062.635	100%	731.626.015	57.494.234	674.131.781	92%
2022	475.224.526	1.269.513	473.955.014	100%	689.179.844	59.181.190	629.998.655	91%
2023	463.068.163	306.097	462.762.066	100%	469.391.425	46.225.343	423.166.082	90%
2024	514.041.257	114.097	513.927.160	100%	528.501.370	74.491.177	454.010.194	86%
2025	669.041.219	195.426	668.845.793	100%	653.064.028	96.253.409	556.810.619	85%
Total	3.437.525.314	2.693.793	3.434.831.521	100%	4.396.951.110	616.223.076	3.780.728.035	86%

Fonte: SIAFI, 2018 a 2025.

Conforme demonstrado na Figura 19, é possível perceber uma tendência decrescente ao longo dos exercícios de 2018 a 2020 dos cancelamentos dos empenhos de Restos a Pagar Processados em relação ao saldo inicial inscrito. Nos anos seguintes (2021 a 2025) não houve alteração significativa do percentual cancelado, mantendo-se contínuo, estável e menor que 0,05% do total inscritos em RPP.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, pode-se observar uma queda expressiva nos cancelamentos dos empenhos inscritos de 2018 a 2019 e mediana de 2020 a 2021, havendo um aumento leve e gradual de cancelamentos desses empenhos de RPNP a partir do exercício de 2021 e um pouco maior a partir de 2023, conforme recorte amostral abaixo (Figura 19).

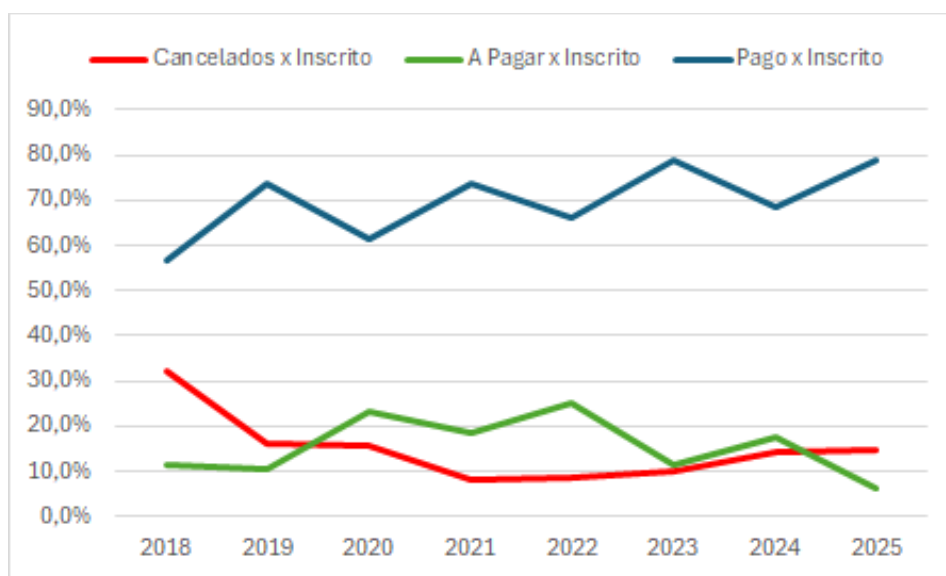
Figura 19. Percentual de Restos a Pagar cancelado em relação ao montante inscrito por exercício



Fonte: SIAFI, 2018 a 2025.

Observando a série histórica (**Figura 20**) referente à evolução da Execução dos Restos a Pagar Não Processados entre os anos 2018 e 2025, há uma tendência decrescente de cancelamento e uma crescente de liquidação e/ou pagamento desses empenhos inscritos. Especificamente em 2025, houve crescimentos de RPNP nos empenhos pagos, decréscimos nos empenhos a pagar e o percentual de cancelamento se manteve constante em relação à 2024, em torno de 14,7%.

Figura 20. Percentual de Execução dos RPNP em relação ao montante inscrito



Fonte: SIAFI

Nota 12 - Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita orçamentária arrecadada e a despesa orçamentária empenhada. Na tabela a seguir, demonstra-se o comportamento das despesas empenhadas e das receitas realizadas (arrecadação líquida) no exercício de 2025, apresentando o resultado orçamentário por grupos de fontes de recursos.

Métrica	Saldo - R\$ (Item Informação)		
	RECEITA ORÇAMENTARIA (LIQUIDA)	DESPESAS EMPENHADAS	RECEITAS REALIZADAS - DESPESAS EXECUTADAS
RECURSOS LIVRES DA UNIAO		6.714.556.478,71	-6.714.556.478,71
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL		948.650.474,95	-948.650.474,95
RECURSOS UO APLICACAO SEGURIDADE SOCIAL		16.169.406,15	-16.169.406,15
FUNAPOL	841.582.702,30	653.114.134,09	188.468.568,21
REAP.CUST.AT.CONT.FISC.PROD.QUIM.REP.TRAF.DR.	26.337.513,69	24.117.479,14	2.220.034,55
RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	60.826.563,27	34.591.570,96	26.234.992,31
REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	9.931.489,92		9.931.489,92
RECURSOS LIVRES DA UO	1	72.142.971,90	-72.142.970,90
BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO		1.882.614.702,25	-1.882.614.702,25
CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL		5.443,07	-5.443,07
DOACOES NACIONAIS		30.637.563,01	-30.637.563,01
REC.LIVRES UO-SUP.VINC.AMORT.PGTO.DIV.		55.122.816,93	-55.122.816,93
REC. ABANDONADOS DOS PATRIMONIOS DO PIS PASEP		7.082.591,19	-7.082.591,19
Total	938.678.270,18	10.438.805.632,35	-9.500.127.362,17

Fonte: SIAFI, 2025.

Observa-se, a partir das informações apresentadas na tabela 18, que o resultado orçamentário é deficitário em 9,5 bilhões. Os gastos orçamentários da Polícia Federal superam a sua arrecadação, contribuindo para o déficit orçamentário do Ministério da Justiça.

Somente na Fonte de Recurso Funapol, ao analisarmos de forma isolada, as Despesas Orçamentárias são inferiores a receita orçamentária.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Composição Caixa e Equivalentes de Caixa, 17	
Tabela 2. Composição - Estoques, 18	
Tabela 3 Inventário de Imobilizado 2025, 20	
Tabela 4 – Composição de Softwares, 23	
Tabela 5. Patrimônio Líquido – Composição, 23	
Tabela 6. Variações Patrimoniais Aumentativas versus Variações Patrimoniais Diminutivas., 24	
Tabela 7. Composição Atos Potenciais Ativos da PF, 26	
Tabela 8. Composição das Garantias Recebidas a executar e em execução na PF, 26	
Tabela 9. Composição Atos Potenciais Ativos da PF, 27	
Tabela 10. Maiores Fornecedores registrados em contratos a executar na PF - por UG, 28	
Tabela 11. Origens das receitas arrecadadas, 29	
Tabela 12. Execução Orçamentária 2025, 30	
Tabela 13. Despesa de Capital – Investimento, 31	
Tabela 14. Composição dos Restos a Pagar, 32	
Tabela 15. Estoque de Restos a Pagar não Processados - por categoria econômica da despesa, 33	
Tabela 15.1. Execução RPNP – RANKING das 5 maiores UGs com empenhos inscritos em RPNP em 2025, 35	
Tabela 16. Restos a Pagar Processados - 2025, 35	
Tabela 16.1. Execução RPP – RANKING das 5 maiores UGs com empenhos inscritos em RPP em 2025, 37	
Tabela 16.2. Restos a Pagar – EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO, 38	
Tabela 17. Resultado Orçamentário - por grupo de fonte de recursos, 39	

Lista de Figuras

Figura 1. Concentração por UG de Material de Consumo.....	19
Figura 2. Material de consumo subitem por UG (maiores)	19
Figura 3. Imobilizado – Composição	20
Figura 4. Evolução Histórica dos Bens não Localizados.....	21
Figura 5. Bens Móveis por Unidade Gestora.....	22
Figura 6. Bens imóveis de uso especial por UG.	22
Figura 7. Intangível - Por Unidade Executora	24
Figura 8. Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição.....	25
Figura 9. Variações Patrimoniais Diminutivas – Composição.....	26
Figura 10. Garantias Recebidas no País a Executar - por UG.....	27
Figura 11. Execução de Obrigações Contratuais.....	28
Figura 12. Execução de Obrigações Contratuais - por UG.....	28
Figura 13. Maiores valores executados com despesas de capital por UG - 2025.....	32
Figura 14. Execução RPNP (cancelados, a pagar e pagos) - por UG	34
Figura 15. Percentual de RPNP cancelados no exercício - por UG.....	34
Figura 16. Execução RPP (cancelados, pagos e a pagar) - por UG.....	36
Figura 17. Percentual de RPP cancelados do exercício - por UG	36
Figura 18. RPP cancelados no exercício - por UG.....	37
Figura 19. Percentual de Restos a Pagar cancelado em relação ao montante inscrito por exercício	39
Figura 20. Percentual de Execução dos RPNP em relação ao montante inscrito	39